

Transnordestina Logística S.A.

Demonstrações Financeiras encaminhadas à ANTT, referentes ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2024

Transnordestina Logística S.A. (TLSA)

Demonstrações financeiras acompanhadas do relatório do auditor independente em 31 de dezembro de 2024

Ref.: Relatório nº 252PU-064-PB



Índice

	Página
Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras	3
Demonstrações financeiras	9
Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras referentes aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023	16

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras

Grant Thornton Auditores Independentes Ltda.

Rua Padre Carapuceiro, 752 -
6º andar, Sala 601 - Boa Viagem,
Recife (PE) Brasil
T +55 81 3314-8886
www.grantthornton.com.br

Aos Administradores, Conselheiros e Acionistas da
Transnordestina Logística S.A. (TLSA)
Fortaleza – CE

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Transnordestina Logística S.A. (TLSA) (Companhia), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2024 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da TLSA – Transnordestina Logística S.A. em 31 de dezembro de 2024, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB) (atualmente denominadas como “IFRS Accounting Standards”).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada “Responsabilidades do auditor independente pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais Assuntos de Auditoria (PAA)

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras como um todo e na formação de nossa opinião sobre estas demonstrações financeiras e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre estes assuntos.

1. Situação econômico-financeira da Companhia para continuidade do projeto de construção da Malha II (Nota Explicativa nº 1)

Motivo pelo qual o assunto foi considerado um principal assunto de auditoria

A Companhia neste exercício ainda se encontra em fase pré-operacional. Ao longo dos últimos anos a Companhia passou por eventos, alguns que não estão sob seu controle, que tem afetado os planos para início de suas operações, como também impactaram sua situação econômico-financeira. Em 31 de dezembro de 2024, a Companhia apresenta capital circulante líquido positivo no montante de R\$ 181.986 mil suportado basicamente pelos aportes financeiros de seus debenturistas e/ou partes relacionadas controladoras.

Para conclusão do projeto e dar início a suas operações, os seguintes temas são considerados condições essenciais: (i) liberação de recursos por parte de seus acionistas para a conclusão da obra de construção da ferrovia; (ii) continuidade da liberação de recursos de terceiros, incluindo o repasse de recursos públicos que por vezes ficaram temporariamente suspensos por decisão cautelar imposta pelo Tribunal de Contas da União (TCU); (iii) continuidade de um plano político econômico por parte da União Federal para investimentos e desenvolvimento da região.

Em 23 de dezembro de 2022, foi assinado o 1o Termo Aditivo ao Contrato de Concessão (até a presente data sendo o último ato societário) celebrado entre a União Federal, por meio da Agência Nacional de Transporte Terrestre (ANTT), e a empresa Transnordestina Logística S.A. (TLSA), com interveniência do Departamento Nacional de Infraestrutura e Transportes (DNIT).

Devido aos fatores mencionados, alguns deles não sob controle da Companhia, bem como seus impactos no projeto da Companhia para início de suas operações e sua situação econômico-financeira, entre outros aspectos de um projeto ainda em fase pré-operacional, consideramos novamente esse assunto como principal assunto de auditoria neste exercício.

Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros:

- acompanhamento e avaliação das fases do Contrato de Concessão, bem como de eventuais termos aditivos que tenham sido ou venham a ser emitidos;
- procedemos com exames sobre as captações de recursos financeiros obtidos através de adiantamentos para futuro aumento de capital (AFAC), emissão de debêntures, empréstimos e financiamentos e/ou mútuos com partes relacionadas / controladores;
- confirmação (através de cartas de circularização) dos saldos bancários ativos mantidos com instituições financeiras, bem como para confirmação da totalidade dos saldos passivos existentes;
- avaliação, com o apoio dos nossos especialistas em finanças corporativas, das projeções econômicas e financeiras, da metodologia de cálculo, premissas e abordagem técnica utilizada no estudo que suportam a realização dos ativos e que, por consequência, justificam a continuidade do projeto de construção da ferrovia;
- desafio das premissas utilizadas pela Administração da Companhia, no sentido de verificar se estariam adequadas e alinhadas com a atividade econômica na região;
- discussões com a Administração acerca das expectativas do plano de negócio, bem como sobre os critérios utilizados para determinação dos fluxos de caixa e desafio de determinadas premissas utilizadas nos cálculos;
- avaliação das divulgações efetuadas pela Companhia nas demonstrações financeiras quanto à aderência às regras aplicáveis e ao fornecimento das informações relevantes.

Com base nos procedimentos efetuados, consideramos que as informações e divulgações sobre a situação econômico-financeira da Companhia preparadas pela Administração sobre continuidade do projeto de construção Malha II, divulgadas nas demonstrações financeiras são razoáveis e estão consistente com as informações analisadas em nossos procedimentos de auditoria no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

2. Valor recuperável do ativo imobilizado (Nota Explicativa nº 9)

Motivo pelo qual o assunto foi considerado um principal assunto de auditoria

O imobilizado é o ativo de maior representatividade da Companhia, em 31 de dezembro de 2024, no valor de R\$ 13.221.671 mil, representando 96% de seu ativo, que substancialmente está alocado na rubrica de “imobilizado em andamento” em decorrência do atual estágio de construção da ferrovia, ou seja, em fase pré-operacional de operações. Desta forma, diante da existência de indicadores que possam afetar sua recuperabilidade, a administração da Companhia, em atendimento a NBC TG 01(R4)/ IAS36 – Redução ao Valor Recuperável de Ativos, realizou testes de recuperabilidade deste ativo.

Os testes efetuados pela Companhia requerem o exercício de julgamentos críticos e subjetivos sobre determinadas premissas que afetarão os fluxos de caixa futuros, tais como: **(i)** estimativa de taxas de crescimento; **(ii)** volume a ser transportado; **(iii)** margem operacional (valor de tarifas e custos); **(iv)** taxas de descontos desses fluxos de caixas; dentre outros.

Desta forma, esse assunto foi considerado novamente na auditoria do exercício corrente, como uma área de risco devido às incertezas inerentes ao processo de determinação das estimativas e julgamentos envolvidos na elaboração dos fluxos de caixa futuros descontados a valor presente, tais como projeções de demanda de mercado, margens operacionais e taxas de desconto que podem alterar significativamente a expectativa de realização destes ativos.

Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros:

- avaliação, com o apoio dos nossos especialistas em finanças corporativas, das projeções econômicas e financeiras, da metodologia de cálculo, premissas e abordagem técnica utilizada no estudo que suportam as análises de *impairment* da Companhia elaborado por especialistas externos;
- avaliação dos indicativos e evidências internas ou externas que pudessem indicar a desvalorização dos ativos;
- contínuo desafio das premissas utilizadas pela administração e seus especialistas, visando corroborar se existiriam premissas não consistentes e/ou que devessem ser revisadas;
- desafio das premissas utilizadas pela administração da Companhia, no sentido de verificar se estariam adequadas e alinhadas com a atividade econômica na região;
- recálculos e “testes de stress” sobre estas bases de estimativas com o objetivo de confirmar a recuperabilidade destes respectivos ativos;
- discussões com a administração sobre os critérios utilizados para determinação dos fluxos de caixa e desafio de determinadas premissas utilizadas nos cálculos;
- avaliação das divulgações efetuadas pela administração da Companhia nas demonstrações financeiras quanto à aderência às regras aplicáveis e ao fornecimento das informações úteis e relevantes.

Com base nos procedimentos efetuados, consideramos como razoáveis as premissas e metodologias utilizadas pela Companhia para avaliar o valor recuperável dos referidos ativos, estando estas informações consistentes no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Outros assuntos

Demonstração do Valor Adicionado

A demonstração do valor adicionado (DVA) referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2024, elaborada sob a responsabilidade da administração da Companhia e apresentada como informação suplementar para fins de IFRS, foi submetida a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essa demonstração está conciliada com as demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos na NBC TG 09 – Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essa demonstração do valor adicionado foi adequadamente elaborada, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nessa Norma e são consistentes em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos ou expressaremos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparentam estar distorcidas de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB) (atualmente denominadas como IFRS Accounting Standards), assim como pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração destas demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor independente pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais;
- Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados nas circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia;
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração;
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe uma incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe uma incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manterem em continuidade operacional;
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações, e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que, eventualmente, tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos alguma que lei ou regulamento tenha proibido a divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Recife, 13 de março de 2025

Grant Thornton Auditores Independentes Ltda.
CRC PE-001.408/F-3



Nelson Fernandes Barreto Filho
Contador CRC 1SP-151.079/O-0



COMENTÁRIOS DE DESEMPENHO

2024



A Transnordestina Logística S.A. ("Companhia") é uma sociedade por ações, sediada em Fortaleza-CE, com registro de companhia aberta, classe B, junto à Comissão de Valores Mobiliários ("CVM"). A Companhia, não possui ações negociadas em bolsa de valores, sendo uma controlada em conjunto pela Companhia Siderúrgica Nacional ("CSN") e pela Infra S.A. (anteriormente denominada de VALEC Engenharia, Construções e Ferrovias S.A.).

A Companhia encontra-se em fase de implantação, devendo assim permanecer até a conclusão da malha II. O cronograma aprovado, prevê o término da fase 1 do projeto em agosto de 2027 e fase 2 em agosto de 2029.

A TLISA vem empreendendo esforços e investimentos no Projeto Transnordestina, que consiste na construção da malha ferroviária que ligará Eliseu Martins (PI) ao Porto do Pecém (CE), totalizando 1.206 km de malha. A ferrovia está sendo construída com bitolas larga e mista, com rampa máxima compensada de 1,0% sentido exportação, rampa máxima compensada de 1,5% sentido importação e raio mínimo de curva de 400 metros. O projeto visa a maximização dos recursos e minimização do tempo de implantação, assim como a garantia de serviços logísticos de alta qualidade e baixo custo, dada as características do projeto.

O orçamento do projeto, onde estima-se o valor por trecho, está assim composto: Missão Velha – Salgueiro montante de R\$ 0,4 bilhão, Salgueiro – Trindade montante de R\$ 0,7 bilhão, Trindade – Eliseu Martins montante de R\$ 3,2 bilhões, Missão Velha – Porto de Pecém montante de R\$ 7,3 bilhões, Salgueiro – Porto de Suape montante de R\$ 2,9 bilhões – obras realizadas no segmento em devolução e outros (Locomotivas e vagões para implantação da Superestrutura) montante de 0,4 bilhões, totalizando R\$ 14,9 bilhões.

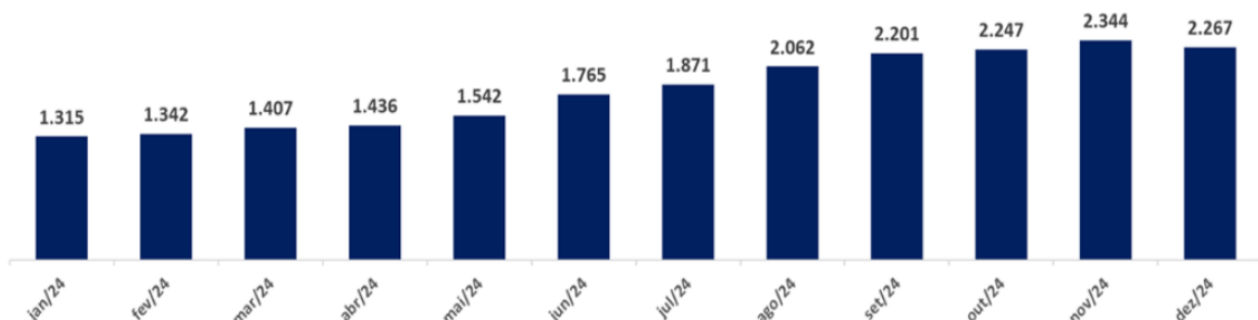
Em 2014 a concessão para prestação de serviços ferroviários da TLISA foi prorrogada por mais 30 anos, podendo encerrar-se até o ano de 2057.

Os comentários a seguir referem-se aos resultados de 31 de dezembro de 2024.

As demonstrações financeiras foram revisadas por auditores externos.

PRINCIPAIS DESTAQUES

Atualmente a obra possui 785 equipamentos de grande porte mobilizados, além de um quadro total de 2.267 pessoas alocadas, conforme demonstra a evolução do gráfico abaixo:



INVESTIMENTOS

O montante acumulado de desembolso financeiro diretamente atribuído ao projeto Transnordestina é de R\$ 7,974 bilhões, sendo R\$ 481 milhões investidos em 2024.

O avanço físico global conta com 734 km de grade ferroviária efetivamente montada.

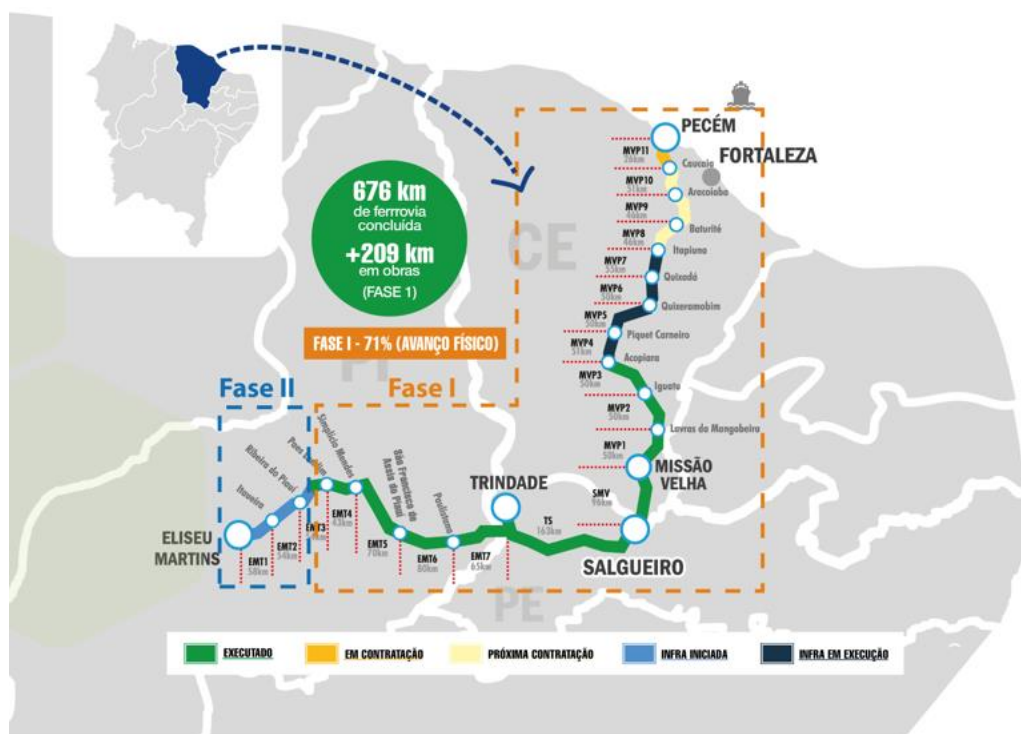
Para melhor entendimento destacamos o andamento da obra em cada trecho do projeto:

- As obras do trecho Missão Velha/CE - Salgueiro/PE, com extensão de 96 km, foram iniciadas em julho de 2006. As obras neste trecho encontram-se concluídas. Somente serviços de conservação corrente da via estão sendo realizados.
- As obras do trecho Salgueiro/PE – Trindade/PE, com extensão de 163 km, foram iniciadas em janeiro de 2009. Atualmente as obras de Infraestrutura, OAE e Superestrutura encontram-se concluídas. Somente serviços de conservação corrente da via estão sendo realizados.

- As obras do trecho Eliseu Martins/PI - Trindade/PE, com extensão de 420 km, representam um avanço de 87% de infraestrutura, 83% de OAE e 63% de Superestrutura, representando um avanço total de 80%.
- As obras do trecho Missão Velha/CE – Pecém/CE, com extensão de 527 km. O trecho tem 158 km de superestrutura concluída. Em fevereiro de 2024 foram contratados mais dois lotes infraestrutura (MVP 04 e 05) - mais 101km e em agosto de 2024 foi contratado o lote 06 do mesmo trecho – mais 51km, em dezembro de 2024 também foi contratado o lote 07 do MVP – mais 55km. Atualmente, os lotes MVP 04 ao MVP 07 encontram-se em etapa de execução de infraestrutura. Esse trecho possui avanços de 45% em Infraestrutura, 59% em OAE (Obras de Artes Especiais) e 27% em Superestrutura, totalizando avanço de 43%.

No sumário executivo abaixo visualizamos o estágio atual das obras da Ferrovia Transnordestina, referente a 31 de dezembro de 2024:

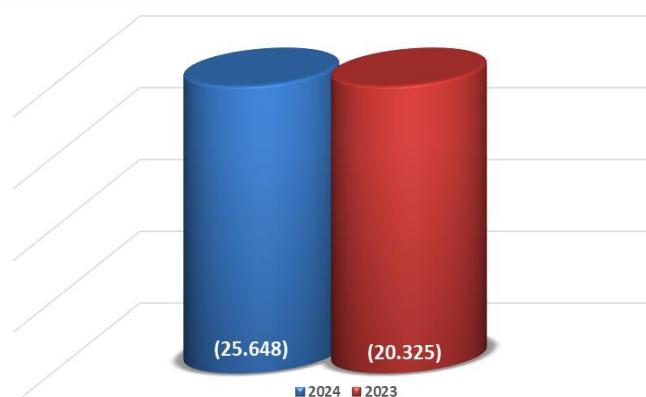
Status atual Projeto Transnordestina (Ref. Dez./24)



DESEMPENHO FINANCEIRO

A empresa encontra-se em fase de implantação, desta forma, grande parte dos desembolsos são levados a Investimento – Imobilizado em Andamento – inclusive aqueles referentes à engenharia e mão de obra própria.

EBITDA Ajustado



Em R\$ mil	2024	2023
Prejuízo do Exercício	(49.125)	(49.064)
(+) Despesas Financeiras Líquidas das receitas financeiras	14.421	10.745
(+) Depreciações, amortizações e exaustões	10.238	10.238
LAJIDA (EBITDA)	(24.466)	(28.081)
(+) Outras receitas (despesas) operacionais	(1.182)	7.756
LAJIDA Ajustado (EBITDA Ajustado)*	(25.648)	(20.325)

*A companhia divulga seu EBITDA ajustado, excluindo outras receitas (despesas) operacionais, por entender que não devem ser consideradas no cálculo da geração recorrente de caixa operacional.

O EBITDA ajustado, que representa o Lucro antes da depreciação, encargos financeiros, impostos e outras receitas (despesas) operacionais, atingiu o valor de R\$ 25.648 negativos em 2024. No mesmo período de 2023 o EBITDA ajustado foi de R\$ 20.325 mil negativos.

RELACIONAMENTO COM AUDITORES EXTERNOS

A contratação dos auditores independentes foi aprovada pelo conselho de administração, sendo que os serviços por eles prestados referem-se exclusivamente à auditoria das demonstrações financeiras.

DECLARAÇÃO DOS DIRETORES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Na qualidade de Diretores Executivos da Transnordestina Logística S.A., declaramos nos termos do Art. 25, parágrafo 1º, item VI, da Instrução CVM 480 de 7 de dezembro de 2009, que analisamos, discutimos e concordamos com as Demonstrações Financeiras relativas ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2024.

Fortaleza, 13 de março de 2025.

DocuSigned by:

TUFI DAHER FILHO

687E9AB77E43C...
Tuft Daher Filho

Diretor de Relação com Investidores e
Diretor de Administração e Finanças

DECLARAÇÃO DOS DIRETORES SOBRE O PARECER DOS AUDITORES INDEPENDENTES

Na qualidade de Diretores Executivos da Transnordestina Logística SA, declaramos nos termos do Art. 25, parágrafo 1º, item V, da Instrução CVM 480 de 7 de dezembro de 2009, que analisamos, discutimos e concordamos com os termos do parecer dos auditores independentes relativo às Demonstrações Financeiras do exercício social findo em 31 de dezembro de 2024.

Fortaleza, 13 de março de 2025.

DocuSigned by:

TUFI DAHER FILHO

687EDE9AB77E43C
Tuft Daher Filho

Diretor de Relação com Investidores e
Diretor de Administração e Finanças

TRANSNORDESTINA LOGÍSTICA S.A.

BALANÇO PATRIMONIAL EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 E 31 DE DEZEMBRO 2023
(Em milhares de reais - R\$ mil)

<u>ATIVOS</u>	Nota explicativa	31/12/2024	31/12/2023	<u>PASSIVOS E PATRIMÔNIO LÍQUIDO</u>	Nota explicativa	31/12/2024	31/12/2023
CIRCULANTES				CIRCULANTES			
Caixa e equivalentes de caixa	4	277.966	786.007	Fornecedores	9	71.950	60.158
Estoques		125	73	Empréstimos e financiamentos	10	35.881	60.447
Impostos a recuperar	5	18.847	5.634	Debêntures	11	-	106.619
Despesas antecipadas	6	9.334	7.294	Impostos e contribuições a recolher		9.989	6.103
Outros ativos		3.863	3.924	Provisões para riscos fiscais, trabalhistas e cíveis	12	-	80.716
Total dos ativos circulantes		<u>310.135</u>	<u>802.932</u>	Outros passivos		10.329	10.101
				Total dos passivos circulantes		<u>128.149</u>	<u>324.144</u>
NÃO CIRCULANTES				NÃO CIRCULANTES			
Aplicações financeiras em garantia	7	8.552	8.769	Provisões para riscos fiscais, trabalhistas e cíveis	12	80.119	-
Partes relacionadas	13	-	159	Empréstimos e financiamentos	10	361.712	387.326
Depósitos judiciais	13	50.069	10.670	Debêntures	11	7.084.852	6.447.868
Despesas antecipadas	6	23.091	12.268	Partes relacionadas	13	1.895.008	1.646.512
Impostos a recuperar	5	96.461	108.525	Adiantamento para futuro aumento do capital	13	1.792.579	1.792.579
Imobilizado	8	13.221.671	12.071.791	Total dos passivos não circulantes		<u>11.214.270</u>	<u>10.274.285</u>
Total dos ativos não circulantes		<u>13.399.844</u>	<u>12.212.182</u>				
				PATRIMÔNIO LÍQUIDO			
				Capital social	14	3.579.759	3.579.759
				Prejuízos acumulados		(1.212.199)	(1.163.074)
				Total do patrimônio líquido		<u>2.367.560</u>	<u>2.416.685</u>
TOTAL DOS ATIVOS		<u><u>13.709.979</u></u>	<u><u>13.015.114</u></u>	TOTAL DOS PASSIVOS E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		<u><u>13.709.979</u></u>	<u><u>13.015.114</u></u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

TRANSNORDESTINA LOGÍSTICA S.A.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO
EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024
(Em milhares de reais - R\$)

	Nota explicativa	31/12/2024	31/12/2023
RECEITAS (DESPESAS) OPERACIONAIS			
Despesas administrativas e gerais	15	(35.885)	(30.563)
Outras despesas operacionais, líquidas	15	1.181	(7.756)
RESULTADO ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO		<u>(34.704)</u>	<u>(38.319)</u>
RESULTADO FINANCEIRO			
Receitas financeiras	16	5.712	11.672
Despesas financeiras	16	<u>(20.133)</u>	<u>(22.417)</u>
Total		<u>(14.421)</u>	<u>(10.745)</u>
PREJUÍZO DO EXERCÍCIO		<u>(49.125)</u>	<u>(49.064)</u>
Prejuízo básico/diluído por lote de mil ações	14	(0,8778)	(0,8767)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

TRANSNORDESTINA LOGÍSTICA S.A.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE
EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024
(Em milhares de reais - R\$)

	<u>31/12/2024</u>	<u>31/12/2023</u>
PREJUÍZO DO EXERCÍCIO	(49.125)	(49.064)
Outros resultados abrangentes		
RESULTADO ABRANGENTE TOTAL DO EXERCÍCIO	<u>(49.125)</u>	<u>(49.064)</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

TRANSNORDESTINA LOGÍSTICA S.A.

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024
(Em milhares de reais - R\$)

	<u>Capital social</u>	<u>Prejuízos acumulados</u>	<u>Total</u>
Saldo em 31 de dezembro de 2022	3.579.759	(1.114.010)	2.465.749
Prejuízo do exercício	-	(49.064)	(49.064)
Saldo em 31 de dezembro de 2023	<u>3.579.759</u>	<u>(1.163.074)</u>	<u>2.416.685</u>
Prejuízo do exercício	-	(49.125)	(49.125)
Saldo em 31 de dezembro de 2024	<u>3.579.759</u>	<u>(1.212.199)</u>	<u>2.367.560</u>
	-	(0)	(0)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

TRANSNORDESTINA LOGÍSTICA S.A.

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA
EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024
(Em milhares de reais - R\$)

	Nota explicativa	31/12/2024	31/12/2023
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS			
Prejuízo do exercício		(49.125)	(49.064)
Ajustes para reconciliar o prejuízo do exercício com o caixa líquido aplicado nas atividades operacionais:			
Depreciação	9 e 16	10.238	10.239
Provisão para perda de estoque	5 e 16	(2.776)	(3.150)
Variações monetárias e juros - líquido		7.854	9.029
Baixa de custo de transação de empréstimo		2.176	2.468
Provisão para contingências		4.136	7.539
Caixa gerado nas operações		<u>(27.497)</u>	<u>(22.939)</u>
(Aumento) redução nos ativos e passivos operacionais:			
Estoques		2.724	3.587
Depósitos judiciais		(41.907)	(65)
Impostos a recuperar		(1.149)	(2.244)
Outras contas a receber		61	9
Despesas antecipadas		(20.029)	(101)
Partes relacionadas		(10.185)	29.301
Fornecedores		(12.418)	10.989
Outras contas a pagar		228	1.007
Impostos e contribuições a recolher		2.933	22
Custos de transação pagos		<u>(12.957)</u>	<u>(11.416)</u>
Variações nos ativos e passivos		<u>(92.699)</u>	<u>31.089</u>
Juros pagos	11 e 12	<u>(31.791)</u>	<u>(128.645)</u>
Caixa líquido gerado pelas (aplicado nas) atividades operacionais		<u>(151.987)</u>	<u>(120.495)</u>
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO			
Aplicação financeira		62.689	132.332
Aquisição de imobilizado		(462.918)	(361.852)
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento		<u>(400.229)</u>	<u>(229.520)</u>
FLUXO DE CAIXA GERADO NAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO			
Aporte de capital de acionistas		-	-
Captação de AFAC com a controladora	14	-	307.820
Obtenção de financiamentos com partes relacionadas	14	94.152	100.000
Emissão de debêntures conversíveis		-	811.386
Amortização do principal de financiamentos com o BNDES	11	(21.102)	(18.795)
Amortização do principal de financiamentos com o Itaú (FINAME)	11	-	(23)
Amortização do principal de financiamentos com o BNB FNE	11	(14.355)	(14.355)
Amortização do principal de financiamentos com o BNB M.TUAL	11	(14.520)	(14.520)
Amortização Debêntures	12	-	(36.655)
Caixa líquido gerado pelas atividades de financiamento		<u>44.175</u>	<u>1.134.858</u>
AUMENTO (DIMINUIÇÃO) DO SALDO DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA		<u>(508.041)</u>	<u>784.843</u>
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício		786.007	1.164
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício		277.966	786.007
AUMENTO (DIMINUIÇÃO) DO SALDO DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA		<u>(508.041)</u>	<u>784.843</u>

As notas explicativas são parte integrante das informações financeiras intermediárias.

TRANSNORDESTINA LOGÍSTICA S.A.

DEMONSTRAÇÃO DOS VALORES ADICIONADOS
EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024
(Em milhares de reais - R\$)

	Nota explicativa	31/12/2024	31/12/2023
Receitas		5.662	1.694
Outras receitas		5.662	1.694
Insumos adquiridos de terceiros		(8.826)	(13.463)
(Inclui os valores dos impostos - ICMS, IPI, PIS e COFINS)			
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros		1.229	1.572
Outras - materiais de consumo Adm./Com. e outros		(10.055)	(15.035)
Valor adicionado bruto		(3.164)	(11.769)
Depreciação, amortização e exaustão	9 e 16	(10.238)	(10.238)
Valor adicionado líquido produzido pela Companhia		(13.402)	(22.007)
Valor adicionado recebido em transferência	17	5.712	11.672
Receitas financeiras		5.712	11.672
Valor adicionado total a distribuir		(7.690)	(10.335)
Distribuição do valor adicionado		(7.690)	(10.335)
Pessoal		19.846	15.186
Remuneração direta		15.870	12.379
Benefícios		3.457	2.429
FGTS		519	378
Impostos, taxas e contribuições		6.600	5.252
Federais		6.423	5.149
Estaduais		177	103
Remuneração de capitais de terceiros		14.989	18.291
Juros	17	8.305	9.669
Outras		6.684	8.622
Remuneração de capitais próprios		(49.125)	(49.064)
Prejuízo do exercício		(49.125)	(49.064)

As notas explicativas são parte integrante das informações financeiras intermediárias.

1. Contexto operacional

A Transnordestina Logística S.A. (“Companhia” ou “TLSA”) é uma sociedade por ações, sediada em Fortaleza – CE, com registro de companhia aberta, classe B, junto à Comissão de Valores Mobiliários (CVM). A Companhia, não possui ações negociadas em bolsa de valores, sendo uma controlada em conjunto pela Companhia Siderúrgica Nacional (CSN) e pela Infra S.A. (anteriormente denominada de Valec Engenharia, Construções e Ferrovias S.A.).

A Companhia tem por objeto social prestar serviços de transporte ferroviário de carga; explorar serviços de carga, descarga, armazenagem e transbordo nas estações, pátios e terrenos existentes na faixa de domínio das linhas ferroviárias objeto da concessão; explorar os transportes intermodais necessários ao desenvolvimento de suas atividades; participar de projetos que tenham como objeto a promoção do desenvolvimento socioeconômico das áreas de influência, visando a ampliação dos serviços ferroviários concedidos; exercer a atividade de operador portuário; exercer outras atividades que utilizem como base a infraestrutura da Companhia; exercer a função de Operador de Transporte Multimodal (OTM) e executar todas as atividades afins ou correlatas às descritas anteriormente.

Em 31 de dezembro de 1997, foi assinado o contrato de concessão entre a União, representada pelo Ministério dos Transportes e a Companhia, para a exploração e desenvolvimento do serviço público de transporte ferroviário de carga na Malha Nordeste, por um período de 30 anos, podendo ser prorrogado por igual período. A Malha Nordeste engloba 07 (sete) Estados da Federação, desde a divisa dos Estados de Sergipe e Alagoas até o Estado do Maranhão, com uma extensão total de 4.534 km, conforme Edital PND/A-02/97/RFFSA do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES).

Em 25 de novembro de 2005, a Companhia e seus acionistas, na época a Companhia Siderúrgica Nacional e a Taquari Participações S.A., em conjunto com os órgãos da administração pública: União Federal, Agência de Desenvolvimento do Nordeste (Adene, atual Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste – Sudene), Departamento Nacional de Infraestrutura e Transportes (DNIT), Banco do Nordeste do Brasil (BNB), Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) e BNDES Participações (BNDESPAR) firmaram protocolo de intenções para realização de projeto de infraestrutura denominado “Projeto Transnordestina”.

A então nova ferrovia, com extensão de 1.753 km, previa a ligação do terminal ferroviário, em Eliseu Martins (PI) aos dois modernos portos de Suape (PE) e Pecém (CE), passando pela cidade de Salgueiro (PE).

A Transnordestina Logística S.A. entende que este é um projeto estruturante que permitirá aumentar a competitividade de diversas cadeias produtivas localizadas ao longo da ferrovia.

Em 2006 iniciaram-se as obras no trecho Missão Velha (CE) a Salgueiro (PE) e em 2009 iniciaram-se as obras no trecho Salgueiro (PE) a Trindade (PE).

Em 11 de janeiro de 2007, a Comissão de Valores Mobiliários (CVM) concedeu à Transnordestina Logística S.A. registro inicial de companhia aberta. A abertura de capital foi necessária para fins de observância a exigência da Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT), quando da aprovação da incorporação da Transnordestina pela então Companhia Ferroviária do Nordeste (CFN), anterior razão social da Companhia.

Em 22 de fevereiro de 2013, foi autorizada pela ANTT, através da Resolução nº 4.042, a cisão da concessão para exploração e desenvolvimento do serviço público de transporte ferroviário de carga na Malha Nordeste, bem como a cisão da concessionária Transnordestina Logística S.A. com a consequente constituição de duas companhias abertas, tendo uma por objeto a operação da malha composta pelos trechos São Luiz – Mucuripe, Arrojado – Cabedelo e Macau – Recife (Malha I) e a outra a construção e operação da expansão da malha Nordeste, composta pelos trechos Missão Velha – Salgueiro, Salgueiro – Trindade, Trindade – Eliseu Martins, Salgueiro – Porto de Suape e Missão Velha – Porto de Pecém (Malha II).

Adicionalmente, nesta mesma Resolução, a ANTT considerou que o prazo original da concessão é insuficiente para amortizar os investimentos a serem feitos para viabilização das obras dos novos ramais da malha nordeste, implicando a necessidade de prorrogação do prazo original da concessão, dentro das limitações previstas no contrato de concessão original.

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras

Referentes aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023

(valores expressos em milhares de reais – R\$, exceto quando mencionado de outra forma)

Em 20 de setembro de 2013 a Companhia assinou Acordo de Investimentos juntamente com acionistas e órgãos financiadores, cujo orçamento vigente era de R\$ 7,542 bilhões (em substituição aos R\$ 5,422 bilhões iniciais), sendo, R\$ 1,888 bilhões provenientes da CSN, R\$ 230 milhões do acionista Infra S.A. (anteriormente denominada de Valec, empresa pública controlada pelo Governo Federal), R\$ 1,143 bilhões de aumento de capital com recursos do Fundo de Investimentos do Nordeste (Finor), R\$ 180 milhões referente a empréstimo com recursos do Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste (FNE), R\$ 225 milhões de recursos a título de empréstimos, provenientes do BNDES e R\$ 3,876 bilhões de recursos do Fundo de Desenvolvimento do Nordeste (FDNE).

Em 27 de dezembro de 2013, foi aprovada pelos acionistas da Companhia a cisão parcial dos ativos e passivos referentes à Malha I, tendo sido estes incorporados pela Ferrovia Transnordestina Logística S.A. (FTL).

Em 22 de janeiro de 2014, foi assinado o contrato de concessão entre a União, por intermédio da ANTT, e a Companhia, para a exploração e desenvolvimento do serviço público de transporte ferroviário de carga na Malha Nordeste, até o ano de 2057, devendo o poder concedente declarar extinta a concessão, uma vez alcançada a taxa de retorno de 6,75% a.a. (seis inteiros e setenta e cinco por cento ao ano) atualizado pelo IPCA, referente aos trechos que compõem a Malha II.

A prestação dos serviços ferroviários de que trata o contrato de concessão é realizada com a utilização de ativos cuja construção se encontra em andamento e sendo executada com recursos próprios da Companhia e da União, conforme Acordo de Investimento celebrado entre os acionistas.

Desta forma, durante o período de obras do “Projeto Transnordestina”, haverá utilização de bens alugados ou pertencentes à Companhia e, posteriormente, após a liberação dos trechos pelo Poder Concedente, estes, passarão à condição de arrendados.

À Companhia compete a obrigação de execução das obras de implantação dos trechos ferroviários, bem como a obtenção dos financiamentos necessários à execução do objeto contratual da concessão. Não há previsão para cobrança, pelo Poder Concedente, de contrapartida financeira sobre a concessão do direito de exploração de serviço público de transporte ferroviário de cargas à Companhia.

O Tribunal de Contas da União (TCU), por meio de decisão cautelar emitida em maio de 2016, referente ao processo TC 012.179/2016, proibiu novos repasses de recursos públicos à TLSA por parte da Infra S.A. (anteriormente denominada de Valec), Finor, FNE, FDNE, BNDES e BNDESPAR. Após a apresentação de recurso contra a decisão cautelar e fornecidas as devidas explicações, em junho de 2016 a decisão liminar proferida pelo TCU foi revogada por unanimidade dos membros deste tribunal, tendo sido restabelecida a continuidade dos aportes programados.

O FINOR aprovou através do Despacho nº 12 e Portaria nº 60, ambos do Ministério da Integração, a readequação orçamentária do projeto, que foi concluída em julho de 2016. Em relação ao FDNE, cujo agente operador é o Banco do Nordeste do Brasil, a Companhia aguarda a conclusão do processo de readequação orçamentária.

Por meio de nova decisão cautelar emitida em janeiro de 2017, ainda referente ao processo TC 012.179/2016, o TCU proibiu novamente os repasses de recursos públicos à TLSA por parte da Infra S.A. (anteriormente denominada de Valec), Finor, FNE, FDNE, BNDES e BNDESPAR. Em 11 de março de 2020 o processo foi inserido na Pauta de Julgamento do TCU, nesta mesma data o processo foi retirado de pauta por tempo indeterminado.

Em 2020, após tramitação de procedimento administrativo perante a Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT), no qual se avaliou o regular cumprimento das obrigações do Contrato de Concessão pela Companhia, a ANTT propôs à União a declaração da caducidade do Contrato de Concessão da TLSA e a instauração de processo administrativo no âmbito da Superintendência de Infraestrutura e Serviços de Transporte Ferroviário de Cargas (Sufer).

Em 23 de dezembro de 2022, foi assinado o 1º Termo Aditivo ao Contrato de Concessão celebrado entre a União, por meio da Agência Nacional de Transporte Terrestre (ANTT), e a Companhia Transnordestina Logística S.A., com interveniência do DNIT, o qual, em síntese, altera o escopo a ser implementado na malha da Ferrovia Transnordestina, bem como adequa os investimentos obrigatórios e os respectivos prazos, conforme diretrizes amplamente discutidas ao longo do segundo semestre de 2022 pelos diversos atores públicos envolvidos na concessão.

As alterações promovidas no Contrato de Concessão pelo Ministério da Infraestrutura e pela ANTT, na condição de representantes da administração pública federal, visaram a atender as orientações e determinações do Tribunal de Contas da União e à maximização do interesse público insito à implantação do Projeto Nova Transnordestina, com destaque para a previsão da devolução do trecho Salgueiro-Porto de Suape, o que resulta em projeto com os atuais 1.206 km de malha ferroviária e prazo de conclusão até dezembro de 2029.

Com esse ato, igualmente, se pôs fim à discussão do referido procedimento administrativo de recomendação de caducidade, que tramitava por parte da Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT), o que somente foi possível com a superação das seguintes questões junto à ANTT e TCU: **(a)** Revogação em 27 de setembro de 2022 – através do Acórdão do TCU 1708-2022 – da medida cautelar objeto do subitem 9.2 do Acórdão 2.532/2017-Plenário, a qual suspendia à época novos repasses de recursos públicos à TLSA, tendo sido restabelecida a continuidade dos aportes programados; e **(b)** Aprovação pela ANTT dos projetos executivos e orçamento regulatório. Em 08 de agosto de 2023, foi publicado no Diário Oficial da União (DOU) a Deliberação nº 242, de 07 de agosto de 2023, na qual consta: **(i)** a atualização do orçamento regulatório vinculado ao empreendimento da ferrovia Nova Transnordestina para o valor de R\$ 16,8 bilhões considerando o desconto do Regime Especial de Incentivos para o Desenvolvimento da Infraestrutura (Reidi), na data-base de janeiro de 2023; e **(ii)** considerando o 1º Termo Aditivo ao Contrato de Concessão, o qual altera os trechos que compõem a malha concedida à Transnordestina Logística S.A. para Eliseu Martins – Trindade, Trindade – Salgueiro, Salgueiro – Missão Velha e Missão Velha – Porto de Pecém, tem-se o valor de orçamento regulatório de R\$ 11,8 bilhões considerando o desconto do Reidi, na data-base de janeiro de 2023, na condição sem desoneração.

A Administração considera que os investimentos permitirão que a Transnordestina Logística S.A., concessionária detentora do Projeto Transnordestina, realize o transporte de vários produtos, como soja, milho, minério de ferro, pedra calcária, algodão, cana-de-açúcar, fertilizantes, petróleo e combustíveis, tendo a TLSA obtido as autorizações ambientais exigidas para os trechos em obra, cuja implementação está avançada, tendo sido concluída a “fase I” no trecho do estado do Piauí até a cidade de São Miguel do Fidalgo, seguindo com obras de superestrutura e infraestrutura no trecho do estado do Ceará.

Situação econômico-financeira

A Companhia encontra-se em fase de implantação, devendo assim permanecer até a conclusão da malha II. O cronograma aprovado, que prevê o término da obra para agosto de 2029, está atualmente revisado junto aos órgãos responsáveis. Contudo, a Administração da Companhia entende que novos prazos para conclusão do projeto não impactarão negativamente de forma substancial no retorno esperado do investimento.

Em 31 de dezembro de 2024 a Companhia apresenta capital circulante líquido de R\$ 181.986. A TLSA conta com recursos de seus acionistas e de terceiros para conclusão da obra, que vem sendo disponibilizados, com base em acordos anteriormente celebrados e nas discussões recentes entre as partes envolvidas. Conforme o Acordo de Investimentos, à CSN caberá a responsabilidade de aportar recursos extraordinários, se houver necessidade de investimentos que ultrapassem o orçamento acordado, em troca de contrato de uso da via permanente.

Ainda em dezembro de 2024, a diretoria da Companhia submeteu e aprovou junto ao Conselho de Administração para 2025 a proposta orçamentária de R\$ 2,4 bilhões, sendo R\$ 2,3 bilhões destinados aos investimentos do projeto, dos quais R\$ 1,7 bilhões destinados às execuções de obra. Durante o período findo em 31 de dezembro de 2024, houve ingresso de recursos pelo acionista privado no montante de R\$ 94,2 milhões (Nota Explicativa nº 14).

Até 31 de dezembro de 2024 foram investidos no projeto recursos oriundos das seguintes fontes: FINOR R\$ 587 milhões, FNE R\$ 180 milhões, FDNE R\$ 3,876 bilhões, BNDES R\$ 225 milhões, Infra S.A. R\$ 1,125 bilhões e CSN R\$ 2,214 bilhões.

Em 31 de dezembro de 2024, o estágio das obras apresentava o seguinte avanço, por trecho: Salgueiro (PE) – Missão Velha (CE) – extensão total de 96 quilômetros com avanço de 100% (*) (concluído), Salgueiro (PE) – Trindade (PI) – extensão total de 163 quilômetros com avanço de 100% (*) (concluído), Eliseu Martins (PI) – Trindade (PI) – extensão total de 420 quilômetros com avanço de 80% * e Missão Velha (CE) – Pecém (CE) – extensão total de 527 quilômetros com avanço de 43% (*).

(*) Estas informações não fazem parte do escopo de revisão ou exame dos auditores independentes.

Atualmente estão mobilizados os canteiros de obras:

- dos municípios de Iguatu, Senador Pompeu, Quixeramobim e Quixadá, com execução de obras de Infraestrutura nos lotes MVP 04 ao MVP 07 pela Construtora Marquise;
- do município de Salgueiro, no estado do Pernambuco, com execução própria de produção de insumos e apoio logístico para a execução da Superestrutura.

Atualmente estão em andamento as obras de infraestrutura nos lotes 04 ao 07 do trecho que liga Missão Velha ao Porto de Pecém (MVP), bem como a execução dos serviços de manutenção de via nos lotes 03, 04, 05, 06 do trecho EMT, TS e SMV. Além disso foram concluídos 158 km de superestrutura em setembro 2024 finalizando assim os lotes 01, 02 e 03 do mesmo trecho (MVP). Os recursos utilizados na obra nos anos de 2019 a 2023 foram aportados pelo acionista privado (CSN), e em dezembro de 2023 considerado o recurso recebido do FDNE.

As fontes de financiamento do projeto são: **(i)** financiamentos concedidos pelo Banco do Nordeste/FNE e BNDES; **(ii)** debêntures de emissão do FDNE; **(iii)** contratos de uso da Via Permanente; e **(iv)** aporte de capital pela CSN e acionistas públicos. A TLSA garante 100% dos financiamentos obtidos junto ao Banco do Nordeste/FNE e ao BNDES, bem como 50,97% das debêntures de emissão do FDNE (considera 48,47% de garantia corporativa, 1,25% de carta fiança para o BNB e 1,25% de garantia corporativa para o BNB). Nos termos do regulamento do FDNE aprovado pelo Decreto Federal nº 6.952/2009, bem como do Acordo de Investimentos firmado com os acionistas/ financiadores públicos, até 50% das debêntures poderão ser convertidas em ações da TLSA.

2. Base de preparação

a) Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras foram elaboradas e estão apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BRGAAP), com base nas disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações, pronunciamentos, orientações e interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM), e as normas internacionais de relatório financeiro (International Financial Reporting Standards (IFRS), emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB) (atualmente denominadas como “IFRS Accounting Standards”). As práticas contábeis adotadas no Brasil requerem a apresentação da Demonstração do Valor Adicionado (DVA), enquanto as normas IFRS não requerem sua apresentação, dessa maneira a DVA está apresentada como informação suplementar, sem prejuízo ao conjunto dessas demonstrações.

A Administração declara que todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas e correspondem às utilizadas pela Administração na sua gestão.

A autorização para emissão dessas demonstrações financeiras foi dada pelo Conselho de Administração e pelo Conselho Fiscal da Companhia em 13 de março de 2025.

b) Base de mensuração

As demonstrações financeiras foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor e determinados ativos e passivos financeiros mensurados a valor justo.

c) Moeda funcional e moeda de apresentação

Essas demonstrações financeiras são apresentadas em real, que é a moeda funcional da Companhia. Todas as demonstrações financeiras apresentadas em real foram arredondadas para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

d) Uso de Estimativas e julgamentos

A preparação das demonstrações financeiras de acordo com as normas IFRS e as práticas contábeis adotadas no Brasil requerem que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

Estimativas e premissas são revistas de uma maneira contínua. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no exercício em que as estimativas são revisadas e em quaisquer exercícios futuros afetados.

As informações sobre estimativas e julgamentos referentes às políticas contábeis adotadas que apresentam efeitos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

- **Continuidade operacional**

A Administração da Companhia preparou suas demonstrações financeiras com base no pressuposto de continuidade operacional, tendo em vista o compromisso de seus acionistas, principalmente o acionista privado em fazer os aportes necessários para honrar os compromissos da Companhia nos próximos doze meses. Tendo em vista que a Companhia está em fase pré-operacional e depende dos recursos de seus acionistas para honrar seus compromissos nos próximos doze meses, este é um julgamento contábil crítico.

- **Análise de recuperabilidade (*impairment*) do ativo imobilizado**

A cada encerramento de exercício a Companhia revisa os saldos dos ativos imobilizados, avaliando a existência de indicativos de que esses ativos tenham sofrido redução em seus valores de recuperação (valor em uso). Na existência de tais indicativos, a Administração efetua uma análise detalhada do valor recuperável para cada ativo através do cálculo do fluxo de caixa futuro individual descontado a valor presente, ajustando o saldo do respectivo ativo, se necessário (vide Nota Explicativa nº 8).

- **Contabilização da provisão para riscos fiscais, trabalhistas e cíveis**

A Companhia é parte de diversos processos judiciais e administrativos, como descrito na Nota Explicativa nº 12. Provisões são constituídas para todos os processos judiciais que representam perdas prováveis estimadas com certo grau de segurança. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. A Administração acredita que essas provisões para riscos fiscais, trabalhistas e cíveis estão corretamente apresentadas nas demonstrações financeiras e são suficientes para cobrir prováveis perdas.

e) Não aplicação do IFRIC 12 – “Service Concessions Agreements” (Contratos de Serviço de Concessão)

Conforme a interpretação do Comitê de Pronunciamentos Contábeis, ICPC 01 (R1) – Contratos de Concessão, sobre a IFRIC 12 – “Service Concessions Agreements”, para que um contrato de concessão seja aderente a IFRIC 12 é necessário o atendimento de todos os seguintes critérios: **(i)** regulamentação e controle da concessionária pela concedente; **(ii)** determinação de preço; e **(iii)** determinação dos clientes aos quais serão destinados os serviços. O contrato de concessão da Companhia não especifica a quem serão destinados os serviços e não determina os preços, apenas limites máximos, o que proporciona uma margem significativa para negociações comerciais.

Com base no confronto realizado entre os critérios para enquadramento na IFRIC 12 – “Service Concessions Agreements” e o Contrato de Concessão para Exploração e Desenvolvimento do Serviço Público de Transporte Ferroviário de Carga na Malha Nordeste, a Administração da Companhia entende que a adoção da IFRIC 12 não é aplicável.

3. Políticas contábeis materiais

As políticas contábeis descritas em detalhes abaixo têm sido aplicadas de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nessas demonstrações financeiras, exceto quando descrito de forma diferente.

a) Moeda estrangeira

i) Transações em moeda estrangeira

Transações em moeda estrangeira são convertidas para as respectivas moedas funcionais da Companhia pelas taxas de câmbio nas datas das transações. Ativos e passivos monetários denominados e apurados em moedas estrangeiras na data de apresentação são reconvertidos para a moeda funcional à taxa de câmbio apurada naquela data.

O ganho ou a perda cambial em itens monetários é a diferença entre o custo amortizado da moeda funcional no começo do exercício, ajustado por juros e pagamentos efetivos durante o exercício, e o custo amortizado em moeda estrangeira à taxa de câmbio no final do exercício de apresentação.

b) Instrumentos financeiros

A partir de 1º de janeiro de 2018, o CPC 48 foi adotado pela Companhia, sendo assim, todos os ativos e passivos estão registrados conforme a respectiva prática.

i) Ativos financeiros

Os ativos financeiros são classificados sob as seguintes categorias: ativos mensurados ao custo amortizado; valor justo por meio do resultado, valor justo por meio de outros resultados abrangentes. Os ativos são classificados de acordo com a definição do modelo de negócio adotado pela Companhia e as características do fluxo de caixa do ativo financeiro.

Reconhecimento e mensuração

A Companhia classifica no reconhecimento inicial seus ativos financeiros em três categorias;

(i) ativos mensurados ao custo de amortização, **(ii)** valor justo por meio do resultado, **(iii)** valor justo por meio de outros resultados abrangentes.

Custo amortizado

Os ativos mensurados ao custo amortizado devem ser mensurados se ambas as seguintes condições forem atendidas: **(i)** o ativo financeiro for mantido dentro do modelo de negócio cujo objetivo seja manter ativos financeiros com o fim de receber fluxos de caixa contratuais **(ii)** os termos contratuais do ativo financeiro derem origem, em datas específicas, a fluxo de caixa que constituam, exclusivamente, pagamentos de principal e juros sobre o valor do principal em aberto, a Companhia deverá reconhecer suas receitas de juros, ganhos e perdas cambiais e *impairment* diretamente no resultado.

Valor justo por meio do resultado

Os ativos financeiros devem ser mensurados ao valor justo por meio do resultado apenas caso não se enquadre como ativos mensurados ao custo amortizado ou valor justo por meio de outros resultados abrangentes. A Companhia deverá reconhecer suas receitas de juros, ganhos e perdas cambiais, *impairment* juntamente com outros resultados líquidos são reconhecidos diretamente no resultado.

Valor justo por meio de outros resultados abrangentes

Os ativos financeiros devem ser mensurados ao valor justo por meio do resultado abrangente apenas quando as seguintes condições forem atendidas: **(i)** o ativo financeiro for mantido dentro de modelo de negócio cujo objetivo seja atingido pelo recebimento de fluxos de caixa contratuais quanto pela venda de ativo financeiros, **(ii)** os termos contratuais do ativo financeiro derem origem, em datas específicas e juros sobre o valor do principal em aberto.

Os ativos mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes são classificados em duas categorias: **(i)** instrumentos de dívida os rendimentos de juros calculados utilizando o método do juro efetivo, ganhos e perdas cambiais e *impairment* são reconhecidos no resultado. Outros resultados líquidos são reconhecidos diretamente no patrimônio líquido da Companhia, em “outros resultados abrangentes”.

No desreconhecimento, o resultado acumulado em outros resultados abrangentes é reclassificado para o resultado, **(ii)** instrumento de patrimônio esses ativos são mensurados de forma subsequente ao valor justo.

Os dividendos são reconhecidos como ganho no resultado, a menos que o dividendo represente claramente uma recuperação de parte do custo do investimento. Outros resultados líquidos são reconhecidos diretamente no patrimônio líquido da Companhia, em “outros resultados abrangentes” e nunca são reclassificados para o resultado. Os valores justos dos investimentos com cotação pública são baseados nos preços atuais de compra. Se o mercado de um ativo financeiro (e de títulos não listados em Bolsa) não estiver ativo, a Companhia estabelece o valor justo por meio de técnicas de avaliação. Essas técnicas incluem o uso de operações recentes contratadas com terceiros, referência a outros instrumentos que são substancialmente similares, análise de fluxos de caixa descontados e modelos de precificação de opções que fazem o maior uso possível de informações geradas pelo mercado e contam o mínimo possível com informações geradas pela administração da própria entidade. As compras e as vendas regulares de ativos financeiros são reconhecidas na data de negociação, ou seja, data na qual a Companhia se compromete a comprar ou vender o ativo.

Desreconhecimento de ativos financeiros

Os ativos financeiros são baixados quando os direitos de receber fluxos de caixa dos investimentos tenham vencido ou tenham sido transferidos; neste último caso, desde que a Companhia tenha transferido, significativamente, todos os riscos e os benefícios da propriedade. Se a empresa detiver substancialmente todos os riscos e benefícios da propriedade do ativo financeiro, ela deve continuar a reconhecer o ativo financeiro.

ii) Passivos financeiros

Os passivos financeiros são classificados sob as seguintes categorias: passivos financeiros ao custo amortizado, valor justo por meio do resultado. A Administração determina a classificação de seus passivos financeiros no reconhecimento inicial.

Passivo financeiro ao custo amortizado

A companhia devesse classificar todos os seus passivos financeiros como custo amortizado exceto passivos financeiros classificados ao valor justo por meio do resultado, derivativos passivos contrato de garantia.

Os outros passivos financeiros são mensurados pelo valor de custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. As despesas de juros, ganhos e perdas cambiais são reconhecidos no resultado. A Companhia possui os seguintes passivos financeiros não derivativos: empréstimos, financiamento e debêntures e fornecedores.

Passivo financeiro ao valor justo por meio do resultado

Os passivos financeiros classificados na categoria valor justo por meio do resultado são passivos financeiros mantidos para negociação ou aqueles designados no reconhecimento inicial. Os derivativos também são categorizados como mantidos para negociação e, dessa forma, são classificados nesta categoria, a menos que tenham sido designados como instrumentos de hedge efetivo. Os ganhos e perdas referente aos passivos financeiros classificados pelo valor justo por meio do resultado são reconhecidos no resultado.

Desreconhecimento de passivos financeiros

Os passivos financeiros são baixados apenas quando, ele for extinto, ou seja, quando a obrigação especificada no contrato for liquidada, cancelada ou expirar. A Companhia também desreconhece um passivo financeiro quando os termos são modificados e os fluxos de caixa do passivo modificado são substancialmente diferentes, caso em que um novo passivo financeiro baseado nos termos modificados é reconhecido a valor justo.

Compensação de instrumentos financeiros

Ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é reportado no balanço patrimonial quando há um direito legalmente aplicável de compensar os valores reconhecidos e há uma intenção de liquidá-los numa base líquida, ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

Outros passivos financeiros não derivativos

A Companhia classifica os passivos financeiros não derivativos na categoria de outros passivos financeiros. Tais passivos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, esses passivos financeiros são medidos pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos.

A Companhia tem os seguintes passivos financeiros não derivativos: empréstimos e financiamentos, fornecedores, debêntures e outras contas a pagar.

iii) Capital social

Ações ordinárias

Ações ordinárias são classificadas como patrimônio líquido. Custos adicionais diretamente atribuíveis à emissão de ações e opções de ações são reconhecidos como dedução do patrimônio líquido, líquido de quaisquer efeitos tributários.

Ações preferenciais

Ações preferenciais são classificadas no patrimônio líquido por não serem resgatáveis, assim como quaisquer dividendos que sejam discricionários.

Dividendos

Os dividendos mínimos obrigatórios conforme definidos em estatuto, quando existentes, são reconhecidos como passivo.

Dividendos adicionais aos mínimos obrigatórios são reconhecidos no patrimônio líquido quando da aprovação dos acionistas da Companhia.

c) Ativo imobilizado

i) Reconhecimento e mensuração

Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzido de depreciação acumulada e perdas de redução ao valor recuperável (“*impairment*”) acumuladas, quando aplicável.

O custo inclui gastos que são diretamente atribuíveis à aquisição de um ativo. O custo de ativos construídos pela própria Companhia inclui:

- O custo de materiais e mão de obra direta;
- Quaisquer outros custos para colocar o ativo no local e na condição necessários para que estes sejam capazes de operar da forma pretendida pela administração;
- Os custos de desmontagem e de restauração do local; e
- Custos de empréstimos sobre ativos qualificáveis.

A capitalização de custos de empréstimos aos ativos qualificáveis pode ser suspensa caso a Companhia venha a incorrer em custos de empréstimos durante um período superior a 6 (seis) meses consecutivos em que as atividades necessárias ao preparo do ativo para seu uso ou venda pretendidos estão suspensas, ou ainda, caso venha a ocorrer uma redução significativa no ritmo de execução das obras, por um período ininterrupto de 12 meses, que venha a comprometer significativamente o prazo de conclusão originalmente previsto.

A Administração avalia e exerce julgamento em relação a suspensão da capitalização, quando, embora as atividades de desenvolvimento do ativo encontrem-se suspensas, houver substancial trabalho técnico e administrativo sendo executado.

Quando partes de um item do imobilizado têm diferentes vidas úteis, elas são registradas como itens individuais (componentes principais) de imobilizado.

Ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado (apurados pela diferença entre os recursos advindos da alienação e o valor contábil do imobilizado) são reconhecidos em outras receitas/despesas operacionais no resultado.

ii) Custos subsequentes

Gastos subsequentes são capitalizados na medida em que seja provável que benefícios futuros associados com os gastos serão auferidos pela Companhia. Gastos de manutenção e reparos recorrentes são registrados no resultado.

d) Estoques

Os estoques são mensurados pelo menor valor entre o custo e o valor realizável líquido.

O custo dos estoques é baseado no princípio do custo médio e inclui gastos incorridos na aquisição de estoques e outros custos incorridos em trazê-los às suas localizações e condições existentes.

O valor realizável líquido é o preço estimado de venda no curso normal dos negócios, deduzido dos custos estimados de conclusão e despesas de vendas.

e) Redução ao valor recuperável (“Impairment”)

Ativos financeiros (incluindo recebíveis)

Um ativo financeiro não mensurado pelo valor justo por meio do resultado é avaliado a cada data de apresentação para apurar se há evidência objetiva de que tenha ocorrido perda no seu valor recuperável. Um ativo tem perda no seu valor recuperável se uma evidência objetiva indica que um evento de perda ocorreu após o reconhecimento inicial do ativo, e que aquele evento de perda teve um efeito negativo nos fluxos de caixa futuros projetados que podem ser estimados de uma maneira confiável.

A evidência objetiva de que os ativos financeiros perderam valor pode incluir o não pagamento ou atraso no pagamento por parte do devedor, a reestruturação do valor devido à Companhia sobre condições de que a Companhia não consideraria em outras transações, indicações de que o devedor ou emissor entrará em processo de falência, ou o desaparecimento de um mercado ativo para um título. Além disso, para um instrumento patrimonial, um declínio significativo ou prolongado em seu valor justo abaixo do seu custo é evidência objetiva de perda por redução ao valor recuperável.

Ativos financeiros mensurados pelo custo amortizado

A Companhia considera evidência de perda de valor de ativos mensurados pelo custo amortizado (para recebíveis e títulos de investimentos mantidos até o vencimento) tanto no nível individualizado como no nível coletivo. Ativos individualmente significativos são avaliados quanto à perda de valor específico. Todos os recebíveis e títulos de investimentos mantidos até o vencimento individualmente significativos identificados como não tendo sofrido perda de valor individualmente são então avaliados coletivamente quanto a qualquer perda de valor que tenha ocorrido, mas não tenha sido ainda identificada. Ativos individualmente importantes são avaliados coletivamente quanto à perda de valor por agrupamento conjunto desses títulos com características de risco similares.

Ao avaliar a perda de valor recuperável de forma coletiva, a Companhia utiliza tendências históricas da probabilidade de inadimplência, do prazo de recuperação e dos valores de perda incorridos, ajustados para refletir o julgamento da Administração quanto às premissas se as condições econômicas e de crédito atuais são tais que as perdas reais provavelmente serão maiores ou menores que as sugeridas pelas tendências históricas.

Uma redução do valor recuperável em relação a um ativo financeiro mensurado pelo custo amortizado é calculada como a diferença entre o valor contábil e o valor presente dos futuros fluxos de caixa estimados descontados à taxa de juros efetiva original do ativo. As perdas são reconhecidas no resultado e refletidas em uma conta de provisão contra recebíveis ou ativos mantidos até o vencimento. Os juros sobre o ativo que perdeu valor continuam sendo reconhecidos. Quando um evento subsequente indica reversão da perda de valor, a diminuição na perda de valor é revertida e registrada no resultado.

Ativos tangíveis e intangíveis

No fim de cada exercício ou período, a Companhia revisa o valor contábil de seus ativos tangíveis e intangíveis para determinar se há alguma indicação de que tais ativos sofreram alguma perda por redução ao valor recuperável. Se houver tal indicação, o montante recuperável do ativo é estimado com a finalidade de mensurar o montante dessa perda, se houver. Quando não for possível estimar o montante recuperável de um ativo individualmente, a Companhia calcula o montante recuperável da unidade geradora de caixa à qual pertence o ativo. Quando uma base de alocação razoável e consistente pode ser identificada, os ativos corporativos também são alocados às unidades geradoras de caixa individuais ou ao menor grupo de unidades geradoras de caixa para o qual uma base de alocação razoável e consistente possa ser identificada.

O montante recuperável é o maior valor entre o valor justo menos os custos na venda ou o valor em uso.

Na avaliação do valor em uso, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados ao valor presente pela taxa de desconto, antes dos impostos, que reflita uma avaliação atual de mercado do valor da moeda no tempo e os riscos específicos do ativo ao qual a estimativa de fluxos de caixa futuros não foi ajustada.

Se o montante recuperável de um ativo (ou unidade geradora de caixa) calculado for menor que seu valor contábil, o valor contábil do ativo (ou unidade geradora de caixa) é reduzido ao seu valor recuperável. A perda por redução ao valor recuperável é reconhecida imediatamente no resultado.

f) Benefícios a empregados

Benefícios de curto prazo a empregados

Obrigações de benefícios de curto prazo a empregados são mensuradas em uma base não descontada e são incorridas como despesas conforme o serviço relacionado seja prestado.

O passivo é reconhecido pelo valor esperado a ser pago sob os planos de bonificação em dinheiro ou participação nos lucros de curto prazo se a Companhia tem uma obrigação legal ou construtiva de pagar esse valor em função de serviço passado prestado pelo empregado, e a obrigação possa ser estimada de maneira confiável.

g) Provisões

Uma provisão é reconhecida, em função de um evento passado, se a Companhia tem uma obrigação legal ou construtiva cujo valor possa ser estimado de maneira confiável, e é provável que um recurso econômico seja exigido para liquidar a obrigação. As provisões são apuradas através do desconto dos fluxos de caixa futuros esperados a uma taxa antes de impostos que reflete as avaliações atuais de mercado quanto ao valor do dinheiro no tempo e riscos específicos para o passivo. Os custos financeiros incorridos são registrados no resultado.

h) Receitas e despesas financeiras

As receitas financeiras abrangem receitas de juros sobre aplicações financeiras. A receita de juros é reconhecida no resultado, através do método dos juros efetivos.

As despesas financeiras abrangem despesas com juros sobre empréstimos e financiamentos e juros sobre debêntures, quando aplicável. Custos de empréstimos e financiamentos que não são diretamente atribuíveis a aquisição, construção ou produção de um ativo qualificável são mensurados no resultado através do método de juros efetivos. Os juros são capitalizados quando qualificam o imobilizado.

i) Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$240 mil para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real.

A despesa com imposto de renda e contribuição social compreende os impostos de renda correntes e diferidos.

O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados à combinação de negócios, ou itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes.

O imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber esperado sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício, a taxas de impostos decretadas ou substantivamente decretadas na data de apresentação das demonstrações financeiras e qualquer ajuste aos impostos a pagar em relação aos exercícios anteriores.

Pronunciamentos (novos ou revisados) e interpretações de normas

a) Pronunciamentos contábeis e interpretações emitidos recentemente e adotados

Listamos a seguir as normas contábeis que foram publicadas a partir de 1o de janeiro de 2024:

Alterações à IAS 7 — Demonstração dos Fluxos de Caixa e IFRS 7 — Instrumentos Financeiros: Divulgações - Acordos de Financiamento de Fornecedores

As alterações acrescentam um objetivo de divulgação na IAS 7 afirmando que uma entidade deve divulgar informações sobre seus acordos de financiamento de fornecedores que permitem aos usuários das demonstrações financeiras avaliar os efeitos desses acordos sobre os passivos e fluxos de caixa da entidade. Adicionalmente, a IFRS 7 foi alterada para acrescentar acordos de financiamento de fornecedores, como um exemplo, dentro das exigências para divulgar informações sobre a exposição da entidade à concentração do risco de liquidez.

Alteração à IFRS 16 — Arrendamentos — Passivo de Arrendamento em uma Transação de “Sale and Leaseback”

As alterações à IFRS 16 acrescentam exigências de mensuração subsequente para transações de “sale and leaseback” que satisfazem as exigências da IFRS 15 para fins de contabilização como venda. As alterações requerem que o vendedor-arrendatário determine ‘pagamentos de arrendamento’ ou ‘pagamentos de arrendamento revisados’ de modo que o vendedor-arrendatário não reconheça um ganho ou perda relacionado ao direito de uso retido por ele, após a data de início.

b) Novos pronunciamentos contábeis e interpretações que ainda serão adotados

Alterações à IAS 21 - Falta de Conversibilidade

Alterações à IAS 21 – Os Efeitos das Mudanças nas Taxas de Câmbio intitulada Falta de Conversibilidade

IFRS 18 -Apresentação e Divulgações nas Demonstrações Financeiras

A IFRS 18 substitui a IAS 1 – Apresentação das Demonstrações Financeiras, transportando diversas das exigências na IAS 1 não alteradas e complementando-as com as novas exigências. Além disso, alguns parágrafos da IAS 1 foram movidos para a IAS 8 - Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro e IFRS 7 – Instrumentos Financeiros: Divulgações. O IASB, também implementou pequenas alterações na IAS 7 – Demonstração do Fluxo de Caixa e IAS 33 – Lucro por Ação.

A IFRS 18 introduziu novas exigências para:

Apresentar categorias específicas e subtotais definidos na demonstração do resultado

Apresentar divulgações sobre as medidas de desempenho definidas pela administração (MPMs) nas notas explicativas às demonstrações financeiras

Melhorarias vinculadas aos requisitos de agregação e desagregação de informações

IFRS 19 - Subsidiárias sem Responsabilidade Pública: Divulgações

A IFRS 19 permite que uma subsidiária elegível forneça divulgações reduzidas ao aplicar as Normas Contábeis IFRS nas suas demonstrações financeiras.

A subsidiária é elegível para divulgações reduzidas se não tiver responsabilidade pública e sua controladora final ou qualquer controladora intermediária preparar demonstrações financeiras consolidadas disponíveis ao público que atendam as Normas Contábeis IFRS.

A IFRS 19 é opcional para subsidiárias elegíveis e descreve as exigências de divulgação para subsidiárias que optam por aplicá-la.

A Companhia e suas controladas avaliaram as alterações e não identificaram impactos significativos em decorrência dessa alteração nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas em 31 de dezembro de 2024.

4. Caixa e equivalentes de caixa

	31/12/2024	31/12/2023
Bancos e aplicações financeiras	277.966	786.007
Total	277.966	786.007

As aplicações financeiras, são de liquidez imediata e referem-se a Fundos de Investimentos, remunerados em média nos últimos 12 meses a 99,22% do CDI, podendo ser resgatadas a qualquer momento sem mudança significativa em seu valor de face.

5. Impostos a recuperar

	31/12/2024	31/12/2023
ICMS (a)	42.508	43.327
PIS (b)	4.527	5.002
Cofins (b)	17.928	20.829
IRPJ (c)	50.345	45.001
Total	115.308	114.159
Circulante	18.847	5.634
Não circulante	96.461	108.525

(a) ICMS a recuperar

Em virtude do elevado volume de aquisição de ativo imobilizado, decorrente do Projeto Transnordestina, conforme comentado na Nota Explicativa nº 1, a Companhia vem gerando créditos de ICMS. A Administração da Companhia entende que tais créditos serão realizados após o início da operação.

(b) PIS e Cofins a recuperar

Trata-se de créditos de PIS e Cofins calculados sobre o valor das aquisições de ativo imobilizado.

O custo das aquisições é contabilizado pelo valor líquido de tais créditos. A Administração da Companhia entende que tais créditos serão realizados após o início da operação, através da compensação com obrigações de mesma natureza na proporção de 1/12 por mês, conforme opção permitida pela Lei nº 10.865/04.

(c) IRPJ sobre aplicação financeira

Refere-se em sua maior parte ao imposto de renda incidente das aplicações financeiras do fundo de liquidez do Fundo de

Desenvolvimento do Nordeste (FDNE) e Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste (FNE), mencionado na Nota Explicativa nº 7, como também o registro da atualização monetária oriunda da apuração de imposto de renda com base negativa.

6. Despesas antecipadas

As despesas antecipadas estão registradas no ativo circulante e não circulante, pelo regime de competência e em conformidade com as cláusulas dos contratos de seguros, serviços, entre outros. Trata-se de despesas com seguros de Riscos de Engenharia e Responsabilidade Civil referente à obra de construção da ferrovia Transnordestina, seguros de Riscos Operacionais, Responsabilidade Civil e veículos, referente às atividades operacionais da Companhia, os quais são capitalizados mensalmente, bem como, seguros garantia os quais são apropriados ao resultado.

	31/12/2024	31/12/2023
Risco de engenharia	27.119	15.198
Responsabilidade civil	2.625	1.395
Seguro garantia	2.634	2.900
Outros	47	69
Total	32.425	19.562
Circulante	9.334	7.294
Não circulante	23.091	12.268

Movimentação no exercício

	Risco de engenharia	Resp. civil	Seguro garantia	Outros	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2023	15.198	1.395	2.900	69	19.562
(+) Adições	18.393	1.910	2.142	653	23.098
(-) Apropriações ao resultado	(6.472)	(679)	(2.408)	(676)	(10.235)
(=) Saldo em 31 de dezembro de 2024	27.119	2.626	2.634	46	32.425

	Risco de engenharia	Resp. civil	Seguro garantia	Outros	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2022	19.998	1.836	2.729	146	24.709
(+) Adições	-	-	2.504	656	3.160
(-) Apropriações ao resultado	(4.800)	(441)	(2.333)	(733)	(8.307)
(=) Saldo em 31 de dezembro de 2023	15.198	1.395	2.900	69	19.562

7. Aplicações financeiras em garantia

As aplicações financeiras no montante de R\$ 8.552 (R\$ 8.769 em 31 de dezembro de 2023), referem-se aos fundos de liquidez do Fundo de Desenvolvimento do Nordeste (FDNE) e Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste (FNE).

As aplicações financeiras registradas no ativo não circulante são compostas por fundo de liquidez do FDNE e FNE, onde serão mantidas até o término dos respectivos contratos de debêntures e financiamentos, sendo em 2056 (FDNE) e 2031 (FNE), e são remuneradas a uma taxa de 99% do CDI (99% do CDI em 31 de dezembro de 2023).

Em 20 de setembro de 2023 foi utilizado o recurso da Conta Reserva do FDNE nº 18156-3, no montante de R\$ 121.009 para amortização da parcela vencida em 19 de setembro de 2023 da Escritura Pública da 1ª (primeira) Emissão Privada de Debêntures e seus aditivos, na forma prevista na cláusula 4.14.5.6 (Fundo de Liquidez).

Conforme o 15º Aditivo à escritura de debêntures – Cláusula VIII - Da Recomposição do Fundo de Liquidez em Conta Reserva A obrigação da Companhia de constituir/recompôr o Fundo de Liquidez, está suspensa até 01 (um) mês antes do primeiro vencimento de Amortização Programada das debêntures, pactuado para o dia 19/09/2029.

8. Imobilizado

	Taxa anual de depreciação (% a.a.)	31/12/2024			31/12/2023
		Custo	Depreciação	Líquido	Líquido
Máquinas e equipamentos	10	77.991	(27.947)	50.044	57.843
Vagões e veículos	10	2.400	(860)	1.540	1.780
Equipamentos de telecomunicação	10	76	(21)	55	61
Outras imobilizações	13	21.933	(7.859)	14.074	16.267
Total imobilizado em operação	-	102.400	(36.687)	65.713	75.951
Imobilização em andamento (a)	-	13.155.958	-	13.155.958	11.995.840
Total imobilizado	-	13.258.358	(36.687)	13.221.671	12.071.791

(a) Conforme Nota Explicativa nº 1, parte deste ativo está em processo de devolução junto ao Poder Concedente nos termos do 1º Termo aditivo contratual firmado. Para tanto, o Anexo IV do referido aditivo disciplinou as condições para a devolução do trecho SPS (Salgueiro – Porto de Suape), cumprindo ser atendidas as seguintes etapas: (i) elaboração do levantamento dos ativos edificados; (ii) elaboração do levantamento de passivos no trecho; (iii) valoração dos ativos e passivos identificados; (iv) decisão homologatória dos levantamentos pela ANTT; (v) pagamento do valor devido à título de indenização; e (vi) assinatura de Termo Definitivo de Devolução.

Revisão da vida útil

A partir de 1º de janeiro de 2017 entrou em vigor a Resolução nº 4540 da Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT), que regulamenta as taxas de depreciação e de amortização anuais para os ativos das concessionárias detentoras do direito de exploração de infraestrutura ferroviária. Em consonância com a resolução a Companhia adota as taxas aplicadas pelo órgão regulador.

Movimentação do exercício

	Saldo em 31/12/2023	Adições	Depreciação	Saldo em 31/12/2024
Máquinas e equipamentos	57.843	-	(7.799)	50.044
Vagões e veículos	1.780	-	(240)	1.540
Equipamentos de telecomunicação	61	-	(6)	55
Outras imobilizações	16.267	-	(2.193)	14.074
Total imobilizado em operação	75.951	-	(10.238)	65.713
Imobilização em andamento	11.995.840	1.160.118	-	13.155.958
Total imobilizado	12.071.791	1.160.118	(10.238)	13.221.671

	Saldo em 31/12/2023	Adições	Depreciação	Saldo em 31/12/2023
Máquinas e equipamentos	65.642	-	(7.799)	57.843
Vagões e veículos	2.020	-	(240)	1.780
Equipamentos de telecomunicação	67	-	(6)	61
Outras imobilizações	18.461	-	(2.194)	16.267
Total imobilizado em operação	86.190	-	(10.239)	75.951
Imobilização em andamento	10.987.168	1.008.672	-	11.995.840
Total imobilizado	11.073.358	1.008.672	(10.239)	12.071.791

a) Imobilizado em andamento

	31/12/2023	Adições	31/12/2024
Infraestrutura	2.060.155	10.406	2.070.561
Juros capitalizados	4.454.369	666.535	5.120.904
Terraplanagem	1.605.846	74.785	1.680.631
Construção de obras de artes especiais	1.121.312	132.807	1.254.119
Superestrutura	1.113.956	86.544	1.200.500
Outros gastos de implantação	789.330	44.340	833.670
Drenagem e obras de arte corrente	358.501	95.240	453.741
Gerenciamento e elaboração de projetos	285.014	9.948	294.962
Almoxarifado de obras em andamento	132.649	35.249	167.898
Gestão ambiental	74.708	4.264	78.972
Total Imobilizado em andamento	11.995.840	1.160.118	13.155.958

	31/12/2022	Adições	Transferência	31/12/2023
Infraestrutura	1.989.218	70.937	-	2.060.155
Juros capitalizados	3.802.033	652.336	-	4.454.369
Terraplanagem	1.534.052	71.794	-	1.605.846
Construção de obras de artes especiais	1.121.312	-	-	1.121.312
Superestrutura	944.875	118.321	50.760	1.113.956
Outros gastos de implantação	686.736	45.110	57.484	789.330
Drenagem e obras de arte corrente	358.501	-	-	358.501
Gerenciamento e elaboração de projetos	268.241	16.773	-	285.014
Almoxarifado de obras em andamento	210.168	30.725	(108.244)	132.649
Gestão ambiental	72.032	2.676	-	74.708
Total Imobilizado em andamento	10.987.168	1.008.672	-	11.995.840

Valor recuperável dos ativos

A Companhia efetuou a análise de premissas e indicativos referentes ao valor recuperável de seus ativos (*impairment*) na data-base de 31 de dezembro de 2024 bem como revisou e atualizou os cálculos para avaliar eventual redução do imobilizado ao seu valor de recuperação, e não identificou necessidade de reconhecer nenhuma perda. O valor recuperável desses ativos foi determinado com base no valor em uso para os ativos que não serão devolvidos ao Estado e valor justo líquido para o trecho a ser devolvido, conforme termo aditivo nº 1 firmado em 23 de dezembro de 2022. Este termo prevê a devolução do trecho Salgueiro x Suape e das condições existentes para mensuração do valor justo líquido (valor indenizável) à Companhia. O valor em uso foi determinado com base nos fluxos de caixa futuros derivados do uso contínuo dos ativos relacionados, utilizando-se uma taxa de desconto para trazer esses fluxos de caixa a valor presente. A seguir as principais premissas utilizadas nas análises efetuadas da data-base de 31 de dezembro de 2024.

A taxa de desconto utilizada reflete as avaliações atuais de mercado do valor da moeda no tempo e os riscos específicos do ativo. Essa taxa representa o retorno que os investidores exigiriam se tivessem de escolher um investimento que gerasse fluxos de caixa de valores, tempo e perfil de risco equivalentes àqueles que a entidade espera extrair do ativo. A Companhia utilizou uma taxa média ponderada de capital (WACC) para descontar os fluxos de caixa operacionais e mensurar o valor presente líquido dos ativos. Essa taxa foi calculada de acordo com o custo e a participação do capital próprio e do capital de terceiros na estrutura da Companhia, determinados conforme descrito a seguir:

- custo do capital próprio: foi utilizada a metodologia *Capital Asset Pricing Model* (CAPM) que consiste em determinar a taxa de rentabilidade exigida pelos investidores como compensação pelo risco de mercado ao qual estão expostos. A Companhia utilizou dados atuais para determinação dos parâmetros do CAPM, dentre os quais a alíquota de IR/CSLL e o beta alavancado flutuam anualmente de acordo com as projeções e os demais parâmetros permanecem fixos;
- custo do capital de terceiros: foi determinado de acordo com a média ponderada dos custos dos instrumentos de dívida já contratados e projetados durante o período da concessão;
- estrutura de capital: a participação do capital de terceiros na estrutura da Companhia foi calculada através da relação entre o saldo das dívidas a cada ano e o total de capital. Já a participação do capital próprio foi determinada através da diferença entre o Valor Presente Líquido (VPL) dos fluxos de caixa operacionais e o saldo das dívidas a cada ano, ou seja, o valor de mercado para os acionistas.

A taxa de desconto, após os impostos, utilizada para mensurar o valor em uso, considerou estrutura de capital dinâmica, variando durante o período projetivo entre 5,03% e 6,29% em termos reais. As projeções de fluxo de caixa contemplaram

as expectativas de contratos com base no estudo de cargas realizado por consultor independente contratado em 2023, estudos de mercado realizados em 2024, e ainda a atualização das premissas chaves tais como taxa de inflação, WACC e custos, que são atualizadas anualmente pela Administração a fim de refletir as condições de mercado. Foi efetuada uma reconciliação entre as taxas de desconto *post-tax* e *pre-tax* e não foram identificadas variações relevantes no valor final do fluxo. As principais premissas utilizadas nos cálculos do valor em uso em 31 de dezembro de 2024, são as que seguem:

Receita líquida anual média do início da operação até 2033 - R\$	2.756.000
Receita líquida anual média após 2033 - R\$	5.415.000
Média anual da taxa de desconto após impostos - WACC <i>post-tax</i> (real)	5,51 %
Investimento a incorrer - R\$	6.964.567

As projeções utilizadas, representam a melhor estimativa da Administração acerca das condições econômicas que poderão prevalecer durante a vida útil econômica dos ativos, envolvendo julgamento e utilização de informações prospectivas, elaboradas e fundamentadas em premissas internas e de consultoria especializada contratada, e em cenários econômicos futuros que podem, portanto, sofrer alterações que representem impactos materiais nestas demonstrações financeiras.

9. Fornecedores

O saldo de fornecedores contempla as provisões com base nas medições do avanço da obra, fornecidas pelas principais construtoras contratadas.

Apresentamos adiante os principais fornecedores em aberto na data-base de 31 de dezembro de 2024 e 31 de dezembro de 2023:

Fornecedor	31/12/2024	31/12/2023
Construtora Marquise	31.614	18.635
Zurich Minas Seguros	11.036	3.960
Consorcio MVP	4.003	9.699
Via Magna Infraestrutura	4.355	6.305
Shalom Mineração	1.490	3.075
MRS Logística	1.676	838
Outros fornecedores diversos	17.776	17.646
Total	71.950	60.158

10. Empréstimos e financiamentos

Tipo	Vencimento	Encargos	31/12/2024	31/12/2023
BNDES (a)	2033	TJLP + 1,30% a.a.	212.504	231.862
BNB (b)	2031	7,5% a.a.	187.139	217.095
Custo de transação			(2.050)	(1.184)
Total	-	-	397.593	447.773
Circulante	-	-	35.881	60.447
Não circulante	-	-	361.712	387.326

Movimentação do exercício

Tipo	Saldo em 31/12/2023	Adições	Atualização financeira (*)	Amortização de principal	Amortização de juros	Apropriação	Saldo em 31/12/2024
BNDES (a)	231.862	-	17.731	(21.102)	(15.987)	-	212.504
BNB (b)	217.095	-	14.723	(28.875)	(15.804)	-	187.139
Custo de transação	(1.184)	(3.042)	-	-	-	2.176	(2.050)
Total	447.773	(3.042)	32.454	(49.977)	(31.791)	2.176	397.593

(*) A atualização financeira inclui R\$ 24.600 capitalizados e R\$ 7.854 de despesas de juros.

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras
Referentes aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023
(valores expressos em milhares de reais – R\$, exceto quando mencionado de outra forma)

Tipo	Saldo em 31/12/2022	Adições	Atualização financeira (*)	Amortização de principal	Amortização de juros	Apropriação	Saldo em 31/12/2023
BNDES (a)	248.304	-	19.600	(18.795)	(17.247)	-	231.862
BNB (b)	247.052	-	16.922	(28.875)	(18.004)	-	217.095
Banco Itaú (c)	23	-	-	(23)	-	-	-
Custo de transação	(1.244)	(2.408)	-	-	-	2.468	(1.184)
Total	494.135	(2.408)	36.522	(47.693)	(35.251)	2.468	447.773

(*) A atualização financeira inclui R\$ 27.493 capitalizados e R\$ 9.029 de despesas de juros.

(a) Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES)

Financiamento destinado aos investimentos na construção do Projeto Transnordestina. A atualização da Taxa de Juros de Longo Prazo (TJLP) é efetuada em bases mensais e os juros são pagos mensalmente desde julho de 2016. O financiamento será amortizado, em até 17 anos, sendo a primeira iniciada em julho de 2016, garantida por cartas de fianças bancárias, as quais são renovadas trimestralmente. O financiamento tem vencimento para 2033.

No dia 12 de dezembro de 2024 foi assinado o 3º Aditivo ao Contrato, autorizando a suspensão do pagamento de 12 prestações de principal a partir de dezembro/2024, mantidos a incidência de juros compensatórios, o termo final do prazo de amortização da dívida e a taxa de juros previstos no contrato.

Cronograma de desembolsos

	31/12/2024	31/12/2023
2024	-	23.808
2025	2.951	24.378
2026	27.940	24.378
2027	27.940	24.378
De 2028 a 2033	153.673	134.920
Total	212.504	231.862

(b) Banco do Nordeste do Brasil (BNB)

Os financiamentos contraídos junto ao Banco do Nordeste do Brasil (BNB), com recursos oriundos do Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste (FNE), são destinados à execução das obras e serviços do trecho de recuperação da malha ferroviária entre as cidades de Salgueiro a Trindade, vinculado ao Projeto Transnordestina e revitalização da malha atual. A taxa de juros pactuada é 10% a.a. com bônus de adimplência que faz a taxa recuar para 7,5% a.a. A correção é efetuada em bases mensais e os juros são pagos trimestralmente a partir da assinatura do contrato. Em fevereiro de 2017 foi realizado aditivo contratual onde foi concedido uma carência entre fevereiro de 2017 e março de 2020, com vencimento repactuado para 2031 (anteriormente 2027), sendo os juros exigidos trimestralmente nesse período e mensalmente quando iniciar a amortização. A garantia é 50% por carta de fiança bancária e 50% por fiança corporativa pela CSN. Cronograma de desembolsos:

	31/12/2024	31/12/2023
2024	-	36.639
2025	35.558	28.875
2026	28.875	28.875
2027	28.875	28.875
De 2028 a 2031	93.831	93.831
Total	187.139	217.095

A Companhia não possui ativos em garantias aos financiamentos contratados.

Cláusulas restritivas

Os financiamentos com o BNDES e BNB em suas modalidades, possuem cláusulas que obrigam a Companhia a demonstrar através de comprovação física e documental as aquisições e investimentos realizados no ativo imobilizado, para o projeto Nova Transnordestina.

Estas cláusulas são controladas e são atendidas conforme exigências contratuais. A Companhia não tem conhecimento de circunstâncias ou fatos que indiquem situação de desconformidade ou não cumprimento de cláusulas restritivas até a data

da emissão destas demonstrações financeiras.

Covenants

Não existem *covenants* financeiros aos quais a Companhia esteja sujeita.

11. Debêntures

No exercício de 2010, a Companhia aprovou a emissão de até R\$ 2.672.400 em debêntures conversíveis em ações, sendo aditado em julho de 2014 para R\$ 3.876.492. Em dezembro de 2024, com a suplementação de R\$ 3.612.000 o contrato foi aditado para R\$ 7.488.492. Os papéis serão subscritos pelo Fundo de Desenvolvimento do Nordeste (FDNE).

Em 31 de dezembro de 2024, o saldo das debêntures emitidas é de R\$ 7.084.852 (R\$ 6.554.487 em 31 de dezembro de 2023), conforme segue:

	Data da emissão	Principal	Atualização financeira	Saldo atualizado em 31/12/2024	Saldo atualizado em 31/12/2023
1ª Emissão	09/03/2010	312.978	461.986	774.964	716.950
2ª Emissão	25/11/2010	325.643	447.077	772.720	714.874
3ª Emissão	01/12/2010	314.269	431.099	745.368	689.570
4ª Emissão	04/10/2011	435.368	547.002	982.370	908.831
5ª Emissão	19/09/2012	113.292	128.522	241.814	223.713
6ª Emissão	24/06/2013	604.299	636.513	1.240.812	1.147.926
7ª Emissão	11/08/2014	743.753	700.269	1.444.022	1.335.924
8ª Emissão	29/11/2023	811.386	71.396	882.782	816.699
Total	-	3.660.988	3.423.864	7.084.852	6.554.487
Circulante				-	106.619
Não circulante				7.084.852	6.447.868

Todas as debêntures emitidas têm valor nominal unitário de R\$ 1,00, vencimento em 19 de setembro de 2056 e juros de TJLP + 0,85% a.a.

Movimentação no exercício

Saldo 31/12/2023	Atualização financeira (a)	Amortização de principal (a)	Amortização de juros (a)	Saldo 31/12/2024
6.554.487	530.365	-	-	7.084.852

Saldo 31/12/2022	Liberação	Atualização financeira (a)	Amortização de principal	Amortização de juros	Saldo 31/12/2023
5.423.787	811.386	449.362	(36.655)	(93.394)	6.554.486

(a) Todos os juros incorridos e encargos financeiros relativos às debêntures emitidas para construção de bens integrantes do ativo imobilizado foram capitalizados.

As debêntures conversíveis não determinam uma quantidade fixa de ações, sendo o número de ações determinado na data da conversão em função do saldo da dívida com o FDNE e do valor patrimonial das ações da TLSA. O montante a ser convertido em ações é o próprio saldo da dívida na data da conversão. Desta forma, ao analisar a aplicação de segregação contábil entre passivo financeiro e instrumento de dívida, a Administração concluiu que o instrumento fosse registrado integralmente como passivo financeiro.

O objetivo principal da emissão das debêntures foi o Governo Federal financiar a obra da nova malha ferroviária e honrar com o prazo da concessão. As debêntures não possuem valor de mercado.

Em 04 de agosto de 2014, foi assinado o 9º Termo Aditivo à Escritura Pública de Emissão de Debêntures, no qual ficou estabelecido que o início da amortização da dívida, programado para 03 de abril de 2015, foi adiado para 19 de setembro de 2017, em 40 parcelas anuais e consecutivas.

Em 13 de outubro de 2017, foi assinado o 10º Termo Aditivo à Escritura Pública de Emissão de Debêntures, no qual ficou

estabelecido que o início da amortização da dívida, programado para 19 de setembro de 2017, foi adiado para 18 de março de 2018, em 40 parcelas anuais e consecutivas.

Em 04 de dezembro de 2024, foi assinado o 15º Termo Aditivo à Escritura Pública de Emissão de Debêntures, o qual alterou a data de amortização programada da dívida, sendo essa exigida agora a partir de 19/09/2029, mantendo o prazo final de amortização em 2056.

Conversibilidade

Conforme cláusula de conversibilidade e acordo de acionistas assinado em 20 de setembro de 2013, as debêntures serão convertidas em ações pela Sudene/FDNE, no vencimento da primeira parcela de amortização ou resgate, e limitadas a 50% no primeiro vencimento.

As debêntures são consideradas pela Companhia como instrumento de dívida em decorrência das cláusulas contratuais apresentadas, em que o fluxo de caixa a ser entregue é o mesmo, alterando apenas a forma de recebê-lo seja através de instrumento patrimonial ou em dinheiro, bem como a opção de conversão ser do próprio debenturista e de não haver contratado um número fixo de ações.

Vencimento antecipado das debêntures

Poderá ser imediatamente declarada vencida e pagável a soma total das debêntures até então subscritas e integralizadas, acrescidas das remunerações, pena convencional e multas, se ocorrer qualquer das seguintes hipóteses:

- incorrer em atraso injustificado por mais de 15 dias no pagamento do principal e/ou encargos;
- sustar ou interromper suas atividades por mais de 30 dias ou vier a ser cindida, fundida ou incorporada, salvo prévia autorização da Sudene e ouvido o BNB;
- pedir recuperação judicial e/ou extrajudicial, ou for decretada a falência;
- descumprir obrigações decorrentes de operações financeiras da Companhia ou de seus acionistas controladores, e obrigações financeiras assumidas perante o BNB;
- promover modificações no controle acionário, sem prévia aprovação da Sudene e ouvido o BNB;
- descumprimentos das regras gerais do regulamento do FNDE e demais disposições legais aplicáveis;
- aplicar recursos em desacordo com o estabelecido no projeto aprovado pela Sudene;
- não manter o registro na CVM, impossibilitando o processo de conversão das debêntures em ações;
- o não cumprimento das salvaguardas contratuais, bem como alienação ou constituição de ônus sobre os bens do projeto sem a prévia autorização da Sudene e ouvido o BNB;
- deixar de reforçar as garantias em até 30 dias após notificação do BNB nesse sentido, se ocorrer fatos que determine a diminuição das garantias oferecidas.

Garantias

As debêntures são da espécie com garantia real e fidejussória. A relação entre o total de garantias e debêntures é de 299,77%.

Em 31 de dezembro de 2024, o valor total da garantia é R\$ 22.448.250 e o montante de principal do contrato de escritura das debêntures é R\$ 7.488.492. Relação das garantias:

Fiança corporativa da CSN até o limite de 47,26% do valor nominal das debêntures em aberto, devidamente atualizado, sendo a fiança irrevogável e irretroatável para todos os fins legais;

- a) Fundo de liquidez representado por aplicações financeiras em conta corrente;
- b) Direitos indenizatórios sobre os ativos do Projeto, representados pelas obras civis realizadas pela empresa e oriundos do Contrato de Concessão;
- c) Penhor de direitos creditórios oriundos dos contratos operacionais que futuramente serão celebrados;
- d) Contratação de seguro garantia, de acordo com o padrão de mercado e de forma individualizada para cada módulo do projeto;

e) Alienação fiduciária das máquinas e equipamentos financiados, no valor referencial de R\$ 209.971.

Em 31 de dezembro de 2024 a Companhia cumpriu com as restrições contratuais e garantias acima referenciadas, bem como não tem conhecimento de circunstâncias ou fatos que indiquem situação de desconformidade ou não cumprimento de cláusulas restritivas/garantias até a data da emissão destas demonstrações financeiras.

12. Provisão para fiscais, trabalhistas, ambientais e cíveis

A Companhia é ré em ações judiciais e processos administrativos perante vários tribunais e órgãos governamentais, decorrentes do curso normal das operações, envolvendo questões tributárias, trabalhistas, aspectos cíveis e outros assuntos.

A Administração, com base em informações de seus assessores jurídicos, análise das demandas judiciais pendentes e, quanto às ações trabalhistas, cíveis e ambientais, com base na experiência histórica referente às quantias reivindicadas, constituiu provisão em montante considerado suficiente para cobrir as prováveis perdas estimadas com as ações em curso. A Companhia classificou as provisões para o passivo não circulante para 31 de dezembro de 2024. Abaixo está apresentada a composição dos saldos:

	31/12/2024			31/12/2023
	Provisão	Depósitos Judiciais (a)	Líquido	Líquido
Cível	72.242	(43.294)	28.948	66.593
Trabalhistas	7.877	(6.775)	1.102	3.283
Ambiental	-	-	-	170
Total	80.119	(50.069)	30.050	70.046

(a) Durante o exercício de 2024, foram bloqueados R\$ 41.347 na conta corrente de movimentação da Companhia. A TLSA interpôs Recurso de Agravo de Instrumento contra o bloqueio e aguarda decisão do TJ/SP em relação ao mérito do recurso.

Movimentação dos processos no período:

	Saldo inicial	Adição	Reversão	Provisões para riscos capitalizadas	Utilização	Saldo final
	31/12/2023					31/12/2024
Cíveis (a)	68.540	13.020	(7.377)	-	(1.941)	72.242
Trabalhista (b)	12.006	607	(1.944)	(2.225)	(567)	7.877
Ambiental	170	26	(196)	-	-	-
Total	80.716	13.653	(9.517)	(2.225)	(2.508)	80.119

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras

Referentes aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023

(valores expressos em milhares de reais – R\$, exceto quando mencionado de outra forma)

	Saldo inicial		Reversão	Provisões para riscos capitalizadas	Utilização	Saldo final	
	31/12/2022	Adição				31/12/2023	
Cíveis	60.961	9.557	(1.978)	-	-	68.540	
Trabalhista	12.287	660	(745)	(133)	(63)	12.006	
Ambiental	126	49	(5)	-	-	170	
Total	73.374	10.266	(2.728)	(133)	(63)	80.716	

(a) Contingências cíveis

Atualmente a Companhia é demandada como ré na Ação de Falência nº 0165651-25.2012.8.06.0001.

A Companhia efetuou o depósito judicial da quantia de R\$ 1.670 em 17 de outubro de 2012. Em 19 de maio de 2014, juntada de depósito judicial elusivo do valor remanescente de R\$ 276. Em 31 de julho de 2014, sentença determinando o levantamento dos valores pela parte autora. A ação é considerada pelos seus advogados como provável de perda, no montante aproximado de R\$ 3.464.

A Companhia é demandada como ré na Ação de Cobrança nº 1031369-59.2018.8.26.0100, trata-se de Ação de Rescisão de Contrato de Locação de Bens Móveis cumulada com Reintegração de Posse e Cobrança de Aluguéis, ajuizada por União Comercial Barão (UCB) em face da TLSA. Ação em fase de recurso e considerada pelos advogados da Companhia como provável de perda, no montante aproximado de R\$ 9.631.

A Companhia ajuizou processo de arbitragem para que a Construtora Norberto Odebrecht (CNO) arcasse com valores devidos do Contencioso da Aliança por força da cláusula 3.2 do “Instrumento Particular de Transação, Distrato e Outras Avenças”, celebrado entre a TLSA e a CNO em agosto de 2013, no contexto de encerramento da arbitragem CCI 18869/CA. A CNO, por sua vez, apresentou reconvenção alegando descumprimento da regra da cláusula 3.2 da Transação por parte da TLSA, e requerendo a condenação da Companhia a restituir-lhe valores decorrentes de bloqueio em conta. Em 21 de julho de 2021, foi proferida Sentença Arbitral Final que condenou a TLSA. A ação é considerada pelos seus advogados como provável de perda, no montante aproximado de R\$ 46.441.

A Companhia é demandada como ré na Ação de Cobrança nº 0043052-48.2019.8.17.2001 ajuizada pela Agilis Mineração, Britagem e Reciclagem Ltda., trata-se de cumprimento de sentença referente a ação de cobrança ajuizada em 2016, com base em cobranças de contratos supostamente não honrados pela TLSA e pela CNO, entre os anos de 2010 e 2011, relativos à extração, mineração e beneficiamento de minerais junto às obras de construção da Ferrovia Transnordestina. A ação é considerada pelos seus advogados como provável de perda, no montante aproximado de R\$ 7.501.

Existem outros processos com risco provável de perda, no montante provisionado de R\$ 5.205.

(b) Contingências trabalhistas

São processos, principalmente, provenientes de reclamações de ex-colaboradores de construtoras contratadas, na região de Salgueiro, Araripina, Serra Talhada, Petrolina e Arcoverde. O montante provisionado corresponde a R\$ 7.877.

Ações de risco possível

Existem outros processos avaliados pelos assessores jurídicos como sendo de risco possível, no montante de R\$ 272.767 (R\$ 197.737 em 31 de dezembro de 2023), para os quais nenhuma provisão foi constituída, uma vez que representam obrigações presentes cuja saída de recursos não é provável. Essas ações em sua maioria são provenientes de ações de cobrança de fornecedores contra construtoras contratadas e TLSA, ações civis públicas propostas pelo Ministério Público do Trabalho, verbas rescisórias trabalhistas e execuções fiscais.

Quadro resumo dos processos avaliados como de risco possível:

Natureza da ação	Quantidade	Valor de risco possível em 31/12/2024	Valor de risco possível em 31/12/2023
Cível	216	166.513	99.435
Trabalhista	26	5.457	4.657
Tributário	20	83.641	77.772
Ambiental	10	17.156	15.873
Total	272	272.767	197.737

A seguir as principais causas

Cível

- a)** Ação de Cobrança na esfera cível, processo no 0030705-50.2015.8.26.0100, proposta pela empresa BRCON (locação de equipamentos) visa o ressarcimento de supostos prejuízos decorrentes de descumprimento de obrigações contratuais. A estimativa de perda financeira de risco possível, na data-base de 31 de dezembro de 2024 é no montante de R\$ 93.386 (R\$ 37.477 em 31 de dezembro de 2023);
- b)** Ação Ordinária de Cobrança cumulada com perdas e danos na esfera cível, processo no 0005819-17.2015.8.10.0040, em curso na 1ª Vara Cível da comarca de Imperatriz (MA), proposta pela empresa Reinar, visa o ressarcimento de supostos prejuízos decorrentes de descumprimento de obrigações contratuais. A estimativa de perda financeira de risco possível, na data-base de 31 de dezembro de 2024 é no montante de R\$ 26.196 (R\$ 24.911 em 31 de dezembro de 2023).
- c)** Ação Monitória processo nº 0217869-25.2015.8.06.0001, em curso na 26ª Vara Cível da Comarca de Fortaleza – CE, proposta pela empresa Arcadis, visa a cobrança de medições não pagas e descumprimento de obrigações contratuais. A estimativa de perda financeira de risco possível, na data-base de 31 de dezembro de 2024 é no montante de R\$ 5.100 (R\$ 4.936 em 31 de dezembro de 2023).

Trabalhista

- a)** Ação Civil Pública nº 0001209-15.2015.5.22.0107, em curso na vara do trabalho de Oeiras – PI, proposta pelo Ministério Público – PRT/22ª Região em face de Construtora Monttauro, CRW Serviços e Escavações, CIVILPORT e TLSA (responsabilidade subsidiária), em razão de denúncia realizada pelo SINTEPAV, sindicato responsável pelos trabalhadores nas indústrias da construção de estrada, pavimentação de obras de terraplanagem em geral, no Estado do Piauí, de que as empresas CRW e Monttauro haviam demitido todos os empregados ligados a esta obra, sem pagar-lhes as verbas rescisórias devidas. A estimativa de perda financeira de risco possível, na data-base de 31 de dezembro de 2024 é no montante de R\$ 3.237 (R\$ 3.029 em 31 de dezembro de 2023).

Tributário

- a)** Execuções Fiscais nº 0001396-16.2012.8.17.0560 para cobrança de suposto recolhimento a menor de ISS incidente sobre execução de obras cíveis da construção da Ferrovia Transnordestina nos limites do município de Custódia-PE. A estimativa de perda financeira de risco possível, na data-base de 31 de dezembro de 2024 é de R\$ 29.958 (R\$ 28.336 em 31 de dezembro de 2023);
- b)** Execução Fiscal nº 0000397-49.2012.8.17.1470 ajuizada pelo Município de Terra Nova/PE, objetivando a cobrança de suposto crédito tributário de ISS. Processo suspenso até o julgamento de Embargos à Execução. A estimativa de perda financeira de risco possível perfaz, na data-base de 31 de dezembro de 2024 o montante de R\$ 4.811 (R\$ 4.551 em 31 de dezembro de 2023);
- c)** Ação Anulatória nº 0050680-86.2021.8.06.0041 que tem como objetivo desconstituir o AI nº 01/2019 do Município de Aurora o qual levanta a cobrança de suposta ausência de recolhimento de ISSQN no contrato firmado entre a TLSA e Construtora Marquise. A estimativa de perda financeira de risco possível, na data-base de 31 de dezembro de 2024 é de R\$ 8.604 (R\$ 8.213 em 31 de dezembro de 2023);
- d)** Execução Fiscal nº 0804738-05.2019.4.05.8100 para cobrança de débito que está relacionado ao processo administrativo de nº 50500.189430/2015-93 (multa pela não conclusão do TS – Salgueiro – PE a Trindade – PI no prazo previsto em contrato), com dívida no valor de R\$ 3.893.042,74, com CAD nº 4.006.008552/19-13. A estimativa de perda financeira de risco possível, na data-base de 31 de dezembro de 2024 é de R\$ 5.722 (R\$ 5.319 em 31 de dezembro de 2023);
- e)** Execução Fiscal nº 0804734-65.2019.4.05.8100 para cobrança de débito que está relacionado ao processo administrativo nº 50500.431931/2016-69 (descumprimento de prazo para conclusão de obras dos trechos SPS e EMT) com dois Autos de Infração (nº 23 e 24/2016/GPFER/Sufer) possuindo com valor da dívida o montante de R\$ 2.491.266,72, com CDA de nº 4.006.008550/19-98 e (b) 50500.431931/2016-69 – dívida no valor de R\$ 2.491.266,72, com CDA nº 4.006.008549/19-17. A estimativa de perda financeira de risco possível, na data-base de 31 de dezembro de 2024 é de R\$ 7.323 (R\$ 6.808 em 31 de dezembro de 2023).
- f)** Execução Fiscal nº 0800434-55.2022.4.05.8100, ajuizada para a cobrança de débito relacionado ao processo administrativo nº 50500.349315/2015-84, em razão de supostas irregularidades por não adotar as medidas necessárias e ações adequadas para prevenir ou mitigar danos ambientais causados pelo empreendimento. O valor da dívida é de R\$

1.345.241,04, com a Certidão de Dívida Ativa (CDA) nº 4.006.000277/22-12. A estimativa de perda financeira de risco possível, na data-base de 31 de dezembro de 2024, é de R\$ 6.163 (R\$ 5.183 em 31 de dezembro de 2023).

Ambiental

- a) Auto de Infração Ambiental nº 681511-D, lavrado pelo IBAMA, em razão de suposto descumprimento das condicionantes 2.14 e 2.18 da Licença de Instalação nº 548/2008, no trecho Salgueiro/PE - Trindade/PE. A estimativa de perda financeira de risco possível, na data-base de 31 de dezembro de 2024 é de R\$ 7.263.

13. Partes relacionadas

Os saldos de ativos e passivos relativos a operações com partes relacionadas, decorrem de transações da Companhia com acionistas, profissionais-chave da Administração e outras partes relacionadas.

a) Saldos com partes relacionadas

A Companhia realizou as seguintes transações com partes relacionadas diretas e indiretas, cujos saldos em 31 de dezembro de 2024 e 31 de dezembro de 2023 estão listados a seguir:

Ativo	CSN - Companhia	FTL - Ferrovia	31/12/2024	31/12/2023
	Siderúrgica Nacional	Transnordestina Logística S.A.		
Contas a receber	-	-	-	159
Passivo				
Adiantamento para futuro aumento de capital (a)	1.792.579	-	1.792.579	1.792.579
Contrato de mútuo (b)	1.797.995	97.013	1.895.008	1.646.512
Total passivo	3.590.574	97.013	3.687.587	3.439.091

Resultado	CSN - Companhia	FTL - Ferrovia	31/12/2024	31/12/2023
	Siderúrgica Nacional	Transnordestina Logística S.A.		
Receitas com serviços compartilhados (c)	-	6.358	6.358	5.871
Despesas com cessão predial	-	(1.514)	(1.514)	(1.426)
Total resultado	-	4.844	4.844	4.444

(a) Valores recebidos como adiantamento para custear o volume mínimo das operações da companhia;

(b) Contrato de mútuo – Os contratos de mútuo junto às partes relacionadas possuem prazo médio de dois anos, com renovação automática, e com incidência média de juros variáveis, sendo: CDI + 4%, 111,42% do CDI e IOF;

(c) Serviços Compartilhados e outros – Representado substancialmente por valores a receber referente ao rateio de gastos administrativos, nos termos do contrato de serviços compartilhados firmado entre as partes, além de saldos a receber por reembolso de despesas.

Movimentação com partes relacionadas

	Afac com CSN	Mútuo com CSN	Mútuo com FTL	Total
Saldo 31 de dezembro de 2023	1.792.579	1.547.844	98.668	3.439.091
Adições/liberações	-	94.152	-	94.152
IOF	-	1.801	-	1.801
Atualização financeira	-	154.198	8.129	162.327
Amortização principal	-	-	(3.423)	(3.423)
Amortização juros	-	-	(5.406)	(5.406)
IR	-	-	(955)	(955)
Saldo 31 de dezembro de 2024	1.792.579	1.797.995	97.013	3.687.587

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras
Referentes aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023
(valores expressos em milhares de reais – R\$, exceto quando mencionado de outra forma)

	Afac com CSN	Mútuo com CSN	Mútuo com FTL	Total
Saldo 31 de dezembro de 2022	1.484.759	1.273.271	93.626	2.851.656
Adições/ Liberações	307.820	100.000	-	407.820
IOF	-	1.912	-	1.912
Atualização financeira	-	172.661	11.046	183.707
Amortização principal	-	-	(2.066)	(2.066)
Amortização juros	-	-	(3.347)	(3.347)
IR	-	-	(591)	(591)
Saldo 31 de dezembro de 2023	1.792.579	1.547.844	98.668	3.439.091

b) Pessoal-chave da Administração

O pessoal-chave da Administração, que tem autoridade e responsabilidade pelo planejamento, direção e controle das atividades da Companhia inclui os membros do conselho de Administração, os diretores estatutários e demais diretores.

A Companhia apresenta no quadro a seguir informações sobre remunerações acumuladas no período findo em 31 de dezembro de 2024 e de 2023:

	31/12/2024	31/12/2023
Benefícios de curto prazo para administradores	8.714	6.762

14. Patrimônio líquido

a) Capital social

Em 31 de dezembro de 2024 e 31 de dezembro de 2023, o capital social, subscrito e integralizado, está representado por 55.963.093 ações nominativas, no valor de R\$ 3.579.759, sendo 28.313.622 ações ordinárias e 27.649.471 ações preferenciais, sem valor nominal.

A Companhia poderá, mediante deliberação do Conselho de Administração, aumentar o seu capital social, independentemente de reforma estatutária, até o limite de 160.000.000 ações nominativas, sem valor nominal, sendo 80.000.000 de ações ordinárias, 30.000.000 de ações preferenciais classe "A" e 50.000.000 de ações preferenciais classe "B".

Em 31 de dezembro de 2024 e em 31 de dezembro de 2023, o capital social, subscrito e integralizado, está composto conforme quantidade de ações distribuída a seguir:

	% Part.	31/12/2024 e 31/12/2023		Total
		Ordinárias	Preferenciais	
Companhia Siderúrgica do Nacional (CSN)	48,04%	26.382.163	501.789	26.883.952
Banco Fibra S/A	0%	-	355	355
IBIS Participações e Serviços Ltda.	0%	-	741	741
BNDES Participações - BNDESPAR	6,13%	208.743	3.223.271	3.432.014
BNDES	7,72%	-	4.318.334	4.318.334
Finame	1,64%	-	918.906	918.906
INFRA S.A.	36,47%	1.722.716	18.686.075	20.408.791
Total	100%	28.313.622	27.649.471	55.963.093

b) Reservas

- Reserva legal**

É constituída a razão de 5% do lucro líquido apurado em cada exercício social nos termos do artigo 193 da Lei nº 6.404/76, até o limite de 20% do capital social.

- Dividendos**

Um montante proposto pela Diretoria e aprovado pelo Conselho de Administração para pagamento de dividendos, sendo que não serão inferiores a 25% (vinte e cinco por cento) do lucro líquido ajustado, nos termos do artigo 202 da Lei nº 6.404/76, quando aplicável.

Resultado por ação

O resultado por ação básico e resultado por ação diluído foram calculados com base no resultado atribuível aos acionistas

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras
Referentes aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023
(valores expressos em milhares de reais – R\$, exceto quando mencionado de outra forma)

da Companhia no período findo em 31 de dezembro de 2024 e de 2023 conforme o quadro a seguir:

Prejuízo básico e diluído por ação	Ordinárias	Preferenciais	31/12/2024	31/12/2023
Prejuízo do período			(49.125)	(49.064)
Quantidade de ações média ponderada durante o período (*)	28.313.622	27.649.471	55.963.093	55.963.093
Resultado por ação – básico e diluído (por lote de mil ações)			(0,8778)	(0,8767)

(*) Instrumentos antidiluidores

Os instrumentos relacionados adiante diminuem os prejuízos por ação básicos, por isso não foram incluídos no cálculo do prejuízo por ação diluído. Como consequência, a quantidade média ponderada de ações utilizada na apuração do prejuízo diluído por ação foi a mesma utilizada para o cálculo do prejuízo por ação básico.

	31/12/2024	31/12/2023
Ações consideradas como emitidas sem nenhuma contrapartida relacionadas a		
Debêntures	82.032	74.381

15. Despesas por natureza

Despesas administrativas e gerais	31/12/2024	31/12/2023
Folha de pagamento	(21.054)	(16.043)
Material	(47)	(81)
Serviço	(4.546)	(4.200)
Depreciação (a)	(10.238)	(10.239)
Total	(35.885)	(30.563)
Outras receitas (despesas) operacionais		
Provisões para riscos fiscais, trabalhistas e cíveis	(4.136)	(7.554)
Multas	(553)	(584)
Outras receitas (despesas)	3.094	(2.768)
Reversão para perda de estoque (b)	2.776	3.150
Total	1.181	(7.756)

(a) Depreciação referente ao canteiro industrial;

(b) Utilização de itens que estavam há longa data sem movimentação. Com a retomada da obra esses itens voltaram a ser aplicados.

16. Resultado financeiro

	31/12/2024	31/12/2023
Receitas financeiras		
Descontos obtidos	2.253	2.551
Juros ativos	3.010	7.092
Outros	449	2.029
Total	5.712	11.672
Despesas financeiras		
Juros sobre empréstimos e financiamentos (a)	(10.107)	(11.580)
IOF	(41)	(668)
Comissões de fianças bancárias	(2.390)	(2.661)
PIS e Cofins sobre receitas financeiras	(3.301)	(1.546)
Juros e multa	(273)	(3.488)
Outros	(4.021)	(2.474)
Total	(20.133)	(22.417)

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras
Referentes aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023
(valores expressos em milhares de reais – R\$, exceto quando mencionado de outra forma)

	31/12/2024	31/12/2023
Resultado financeiro	(14.421)	(10.745)

(a) Conforme mencionado nas Notas Explicativas nºs 10 e 11 os juros incorridos e demais encargos financeiros, relativamente a financiamentos obtidos de terceiros, para construção de bens integrantes do ativo imobilizado, foram capitalizados. O saldo remanescente no resultado refere-se a financiamentos obtidos de terceiros não relacionados com imobilizado e para capital de giro referente a obras já encerradas.

17. Instrumentos financeiros

a) Composição dos saldos

O valor contábil dos ativos e passivos financeiros representa a exposição máxima do crédito. A exposição máxima do risco do crédito na data das informações financeiras foi:

	31/12/2024	31/12/2023
Ativos financeiros mensurados pelo custo amortizado		
Caixa e equivalentes de caixa	277.966	786.007
Depósitos judiciais	50.069	10.670
Aplicação financeira	8.552	8.769
Total	336.587	805.446

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras
Referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2024 e 2023
(valores expressos em milhares de reais – R\$, exceto quando mencionado de outra forma)

Passivos financeiros

Passivos financeiros mensurados pelo custo amortizado	Valor contábil	31/12/2024				
		06 meses ou menos	06-12 meses	01-02 anos	02-05 anos	Mais que 05 anos
Empréstimos e financiamentos	397.593	13.582	22.299	58.844	169.945	132.923
Debêntures	7.084.852	-	-	-	220.462	6.864.390
Partes relacionadas	1.895.008	-	-	1.895.007	-	-
Fornecedores e outras contas a pagar	82.279	82.279	-	-	-	-
Total	9.377.453	13.582	22.299	1.953.851	390.407	6.997.313

Passivos financeiros mensurados pelo custo amortizado	Valor contábil	31/12/2023				
		06 meses ou menos	06-12 meses	01-02 anos	02-05 anos	Mais que 05 anos
Empréstimos e financiamentos	447.773	25.753	34.694	53.253	159.758	174.315
Debêntures	6.554.487	-	106.619	94.139	310.582	6.043.147
Partes relacionadas	1.646.512	-	-	1.646.512	-	-
Fornecedores e outras contas a pagar	70.259	70.259	-	-	-	-
Total	8.719.031	96.012	141.313	1.793.904	470.340	6.217.462

a) Critérios, premissas e limitações utilizadas no cálculo dos valores justo.

Empréstimos e financiamentos

O valor dos empréstimos e financiamentos está sendo calculado na data de 31 de dezembro de 2024 pelo custo amortizado. Os valores justos de outros ativos e passivos de longo prazo não diferem significativamente de seus valores contábeis.

Fornecedores e outras contas a pagar

Os fornecedores são demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis acrescidos, quando aplicável dos correspondentes encargos, variações monetárias e/ou cambiais incorridas até a data do balanço patrimonial.

b) Riscos operacionais

Com a cisão dos ativos e passivos operacionais referentes à Malha I, a Companhia se encontra em fase de implantação, com prazo para início das operações atualmente em revisão e discussão junto aos órgãos responsáveis. Neste período, poderá estar sujeita ao aumento nos custos operacionais, como energia elétrica e combustível, de forma desproporcional ao aumento dos preços de venda que espera praticar no fechamento de contratos com seus clientes.

Como ferramenta de controle, a Administração elabora orçamento anual e plurianual, bem como revisa periodicamente as premissas adotadas na elaboração do plano de negócios, de modo a identificar antecipadamente situações que possam impactar negativamente em suas operações, bem como adotar medidas preventivas que lhe permitam assegurar o equilíbrio econômico e financeiro da Companhia em curto, médio e longo prazo.

c) Risco de liquidez

As maturidades contratuais de passivos financeiros, incluindo pagamentos de juros estimados e excluindo o impacto de acordos de negociação de moedas pela posição líquida, estão apresentadas no quadro Nota Explicativa nº 17 (a).

d) Risco de taxas de juros

Os resultados da Companhia não estão suscetíveis de sofrer variações significativas decorrentes das operações de empréstimos e financiamentos, visto que as taxas praticadas nessas operações possuem custo fixo ou estão baseados em TJLP, cuja variação ocorre trimestralmente. A Companhia não contrata instrumento financeiro específico para mitigar esses riscos.

e) Análise de sensibilidade de variações nas taxas de juros

Os resultados da Companhia estão suscetíveis de sofrer variações, não significativas, em função dos efeitos da volatilidade da taxa CDI sobre empréstimos e sobre as aplicações financeiras atreladas a essa taxa e da TJLP sobre a parte dos empréstimos e financiamentos que estão atrelados a esta taxa.

	31/12/2024	31/12/2023
Ativos em CDI	285.948	795.129
Passivo em CDI	1.895.008	1.646.512
Passivos em TJLP	7.295.306	6.785.160

A Companhia apresenta adiante três cenários de variação das taxas e os respectivos resultados futuros que seriam gerados. São eles: **(i)** cenário 1 (provável) que é adotado pela Companhia, com 99,22% do CDI (média ponderada) a taxa de 10,74% a.a., com 111,42% do CDI (média ponderada) a taxa de 12,13% a.a., com CDI mais 4% a taxa de 14,84% a.a. e TJLP a taxa média de 6,89% a.a., **(ii)** cenário 2, considerando um aumento e redução de 25% sobre as taxas e **(iii)** cenário 3, considerando um aumento e redução de 50% sobre as taxas.

A seguir a demonstração da variação das taxas para o período findo em 31 de dezembro de 2024, conforme cenário demonstrado acima:

Variação positiva	Risco	Cenário 1 (provável)	Cenário 2 (variação de 25%)	Cenário 3 (variação de 50%)
Transação				
Empréstimo em TJLP	7.295.306	TJLP a 6,89%	TJLP a 5,16%	TJLP a 3,44%
Despesa financeira		(502.647)	(376.438)	(250.959)
Empréstimo em CDI (111,42%)	97.013	CDI a 12,13%	CDI a 9,10%	CDI a 6,07%
Despesa financeira		(11.768)	(8.828)	(5.889)
Empréstimo em CDI (+4%)	1.797.995	CDI a 14,84%	CDI a 11,13%	CDI a 7,42%
Despesa financeira		(266.822)	(200.117)	(133.411)
Aplicações financeiras em CDI (99,22%)	285.948	CDI a 10,74%	CDI a 13,43%	CDI a 16,11%
Receita financeira	-	30.711	38.403	46.066
Variação negativa				
	Risco	Cenário 1 (provável)	Cenário 2 (variação de 25%)	Cenário 3 (variação de 50%)
Transação				
Empréstimo em TJLP	7.295.306	TJLP a 6,89%	TJLP a 8,61%	TJLP a 10,33%
Despesa financeira	-	(502.647)	(628.126)	(753.605)
Empréstimo em CDI (111,42%)	97.013	CDI a 12,13%	CDI a 15,16%	CDI a 18,2%
Despesa financeira	-	(11.768)	(14.707)	(17.656)
Empréstimo em CDI (+4%)	1.797.995	CDI a 14,84%	CDI a 18,55%	CDI a 22,26%
Despesa financeira	-	(266.822)	(333.528)	(400.234)
Aplicações financeiras em CDI (99,22%)	285.948	CDI a 10,74%	CDI a 8,06%	CDI a 5,37%
Receita financeira	-	30.711	23.047	15.355

18. Cobertura de seguros

A Companhia adota a política de contratar cobertura de seguros para os bens sujeitos a riscos por montantes considerados suficientes, pela sua Administração, para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade (vide Nota Explicativa nº 6). As premissas de riscos adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de uma auditoria, consequentemente não foram auditadas/revisadas pelos nossos auditores independentes.

A Companhia possui cobertura de seguros contra responsabilidade civil, com o limite máximo de indenização de R\$ 50.000 e seguro para obras civis com o limite máximo de indenizações de R\$ 500.000, ambos com vigência até fevereiro de 2027.

19. Transações que não afetaram caixa

	31/12/2024	31/12/2023
Ativo imobilizado		
Encargos capitalizados (financiamentos)	24.600	27.493
Encargos capitalizados (debêntures)	530.365	449.362
Encargos capitalizados (mútuo)	164.128	185.619
Fianças capitalizadas	9.915	9.008
Rendimentos capitalizados	(62.472)	(19.142)
Provisão para fornecedores (imobilizado)	25.724	(10.635)
Reconhecimento de provisões para riscos capitalizadas	(2.225)	(133)
Apropriações de despesas antecipadas de seguros capitalizadas	7.166	5.248
Demais áreas		
Compensação de depósitos judiciais com provisões para riscos	(2.508)	(63)
Compensação de Partes Relacionadas a pagar com mútuos a receber	8.830	5.413
Compensação entre contas a pagar e contas a receber	1.514	1.773

21. Evento subsequente

Em janeiro de 2025 foi liberado o montante de R\$ 400.000 (quatrocentos milhões de reais), referente a 9ª emissão de debêntures (FDNE), conforme o 15 ° Termo Aditivo à Escritura Pública de Emissão de Debêntures.

* * *

Tufi Daher Filho

Diretor Presidente, Diretor de Relação com Investidores e Diretor de Administração e Finanças

Marcelo Cunha Ribeiro
Conselheiro

Meg Sarkis Simão Rosa
Conselheira

Bruno Tetner
Conselheiro

Arno Schwarz
Conselheiro

Marcelo Cicerelli Silva
Conselheiro

Yoshiaki Nakano
Conselheiro

Leandro Noronha Almeida
Conselheiro

Glauton Fernandes Guimarães
CRC CE nº 026220/O-3
Contador Responsável